



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 090.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1988.
QUINTA-FEIRA

e espetáculos que envolvam o sacrifício de animais e dê outras providências, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) PAULO FURIATTI.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Nilton Barbosa. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º Secretário - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 121/88, de sua autoria, que proíbe no Estado do Paraná, a prática de esportes

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam colocados em Regime de Urgência os seguintes Projetos de Lei:

1. 311/88 (Mens. Execut. nº 112/88)
2. 312/88 (Mens. Execut. nº 113/88)
3. 313/88 (Mens. Execut. nº 114/88)
4. 314/88 (Mens. Execut. nº 115/88)
5. 315/88 (Mens. Execut. nº 118/88)
6. 316/88 (Mens. Execut. nº 119/88).

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(aa) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação, para os Projetos de Lei nºs 283/88 e 272/88, respectivamente, os itens nºs 05 e 04 da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedida Licença para ausentar-se do País, durante o período de 25 de novembro a 15 de dezembro de 1988, baseado no artigo 16, item VIII, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a Senhora Edna Fernandes Couwal, (Av. Jorge Walter, 1241-Campo Mourão) pelo falecimento do Senhor Ludovico Couwal, Oficial da Polícia Rodoviária, falecido nesta data.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

Apoio: Raul Lopes.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Ludovico Couwal prestou serviços na cidade de Campo Mourão, sendo sempre bem quisto por todos e respeitado por sua honradez e dignidade. Ao falecer, na data de hoje, deixa como viúva a Senhora Edna Fernandes Couwal.

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Paul Milcent, ocorrido no último dia 11 de novembro, nesta Capital.

Outrossim, requer que, da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço.

Av. Água Verde, n° 2296 apto. 202- Bloco B, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor César Alberto Dala Maria, ocorrido no último dia 21 de novembro, em Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento a Senhora Carmen Rovada Dala Maria, viúva do extinto, à Av. Brasil, n° 1226, em Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Morador há muitos anos em Santo Antônio do Sudoeste, onde destacou-se como empresário dinâmico e lutador pelas causas sociais do Município e da fronteira, César Alberto Dala Maria, faleceu prematuramente, vítima de problemas cardíacos, no último dia 21, deixando consternados, não só seus familiares, como também um grande número de amigos, entre os quais nos incluímos, ao prestar-lhe esta última homenagem.

REQUERIMENTO N° 745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Leopólis, Senhor SÉRGIO REIS BOR-

Curitiba, quinta, em 24.11.88

DONAL.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Loanda, Senhor FLÁVIO ARAMIS ACCORSI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Lobato, Senhor ANTONIO RODRIGUES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Londrina, Senhor ANTONIO BELINATI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Luisiania, Senhor NELSON JOSÉ TUREK.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Lunardelli, Senhor WILSON DOS SANTOS MACHADO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Lupianópolis, Senhor JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mallet. Senhor LAURO BARAN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mamborê, Senhor UBIRACI PEREIRA MESSIAS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Mandaguçu, Senhor José Wix C. DE OLIVEIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mandaguari, Senhor CARLOS ALBERTO C. OLIVEIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mandirituba, Senhor FRANCISCO RUALDO CLÁUDIO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Mangueirinha, Senhor IZIDORO DALCHIAVON.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Manoel Ribas, Senhor GERALDO A. BARNSWILLE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Marechal Cândido Rondon, Senhor DIETER LEONHARDT SEYBOTH.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Maria Helena, Senhor WALDIQUE PEREIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Marialva, Senhor JOÃO CELSO MARTINI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Marilena, Senhor BRÁSILIO BOVES. Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Mariluz, Senhor LUIZ LUCACIU. Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Maringá, Senhor RICARDO MAGALHÃES BARROS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Terra Roxa, Senhor ADEMIR ANTONELI. Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Terra Rica, Senhor NELSON MAIOR. Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Terra Boa, Senhor ANTÔNIO CARLOS RAMPAZZO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mariópolis, Sr. NEURI ROQUE ROSETI GEHLEN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Marmeleiro, Sr. OSVALDO AGOSTINI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Marumbi, Sr. PLÍNIO ALVES NUNES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Matelândia, Sr. VALDIR SMANIOTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Matinhos, Sr. FRANCISCO CARLI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Medianeira, Sr. ELIAS CARRER.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mirador, Sr. ANTÔNIO ALVES LEITE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Laranjeiras do Sul, Sr. LAURO LOURENÇO RUTHS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Verê, Sr. REINALDO BALDISSERRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Vera Cruz do Oeste, Sr. ALFEU JOSÉ GONZATTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Uraí, Sr. OSNI BORGUI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

minhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Uniflor, Sr. LUIZ ORNELLAS NETO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de União da Vitória, Sr. MÁRIO RIES-SEMBERG.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Umuarama, Sr. ALEXANDRE CERANTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Ubiratã, Sr. VALDIR A. D'ALESSIO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Turvo, Sr. EDGAR RICKLI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tupãssi, Sr. ALTAIR MACHADO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tuneiras do Oeste, Sr. NICEU BONETTA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Três Barras do Paraná, Sr. HERCÍLIO OSBERN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tomazina, Sr. JOSÉ JUSTINO GOUVEIA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Toledo, Sr. LUIZ ALBERTO ARAÚJO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tijucas do Sul, Sr. ANTENOR B. ROCHA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tibagi, Sr. EUGÊNIO RODRIGUES CARNEIRO.

Curitiba, quinta, em 24.11.88

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Olímpia, Sr. GERMANO SALVADOR BERGNIASCHI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Santa Rosa, Sr. JOÃO EMÍLIO MODES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Ourizona, Sr. DOMINGOS CALVO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Palmas, Sr. DIMORVAN CARRARO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Palmeira, Sr. BAPTISTA CHEROBIN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paçandu, Sr. HAROLDO FRANÇOSO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Tebas, Dr. LUIZ C. MACHIAVELLI PETREECHEN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Prata do Iguaçu, Sr. SADI MALACARDI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Palmital, Sr. MIGUEL HORBAN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Curitiba, Sr. JAIME LERNER.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Bandeirantes, Sr. JOSÉ FERNANDES DA SILVA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Fátima, Sr. JOSÉ ANDRADE MARINHO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Londrina, Sr. IDRENO GREGÓRIO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Janiópolis, Sr. ANTÔNIO FERREIRA DANGUI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Japira, Sr. WILSON RONALDO DE OLIVEIRA SANTOS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Jardim Olinda, Sr. DENEVALDO DO NASCIMENTO CARDOSO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

minhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Jataizinho, Sr. HUMBERTO Z. CHAMILETO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Jesuítas, Sr. APARECIDO JOSÉ WEILLER.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Joaquim Távora, Sr. TARCIZO NESIAM DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Jundiá do Sul, Sr. VALTER ABRAS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Juranda, Sr. ANTONIO HERNANDES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Jussara, Sr. JOSÉ BRAXEDES DA SILVA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Kaloré, Sr. MAURO LABIGALINI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Lapa, Sr. SÉRGIO LEONE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Moreira Salles, Sr. EDVALDO PEREIRA CARREIRO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Missal, Sr. LACI D. GIEHL.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Mirassol, Sr. ARISTIDES DE CAIRES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Morretes, Senhor SEBASTIAO CAVAG-

NOLI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Munhoz de Mello, Senhor JOSÉ FRANCOS NETO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nossa Senhora das Graças, Senhor MOACIR INSERIL.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Aliança do Ivaí, Senhor AGOSTINGO GONÇALVES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova América da Colina, Senhor SEBASTIAO LUIZ GONZAGA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Aurora, Sr. WALDEMAR WALTER DAL'MOLIU.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Cantu, Senhor FLÁVIO MARIOT.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Nova Esperança, Senhor JOSÉ ERCÍLIO DRELING.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Telêmaco Borba, Senhor CARLOS HUGO VON GRAFFEN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Teixeira Soares, Senhor JOAO INACIO ROSS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tapira, Senhor JOSÉ DE SOUZA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Tapejara, Senhor NOÉ CALDEIRA

BRANT.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Tambará, Senhor JOAO ALEXANDRE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Sulina, Senhor JOSÉ NIVALDO STOFFELS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Siqueira Campos, Senhor DIRCEU RODRIGUES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Sertãoópolis, Senhor EDSON PEDRO ALMEIDA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Sertaneja, Senhor RENATO TAVARES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Sengés, Senhor ANSELMO JORGE DE LIMA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Sarandi, Senhor HÉLIO GREMIS PEREIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Tomé, Senhor JOAO VELEZI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Sebastião da Amoreira, Senhor ADERVILSON LOURENÇO DE GOUVEIA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Pedro do Paraná, Senhor NELSON DE FREITAS NETO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Pedro do Ivaí, Senhor ALOÍSIO ALVES PEREIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Miguel do Iguaçu, Senhor Albino Bilssolotti.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Mateus do Sul, Senhor Enéas Henrique dos Santos Distefano.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São José dos Pinhais, Senhor MOACIR PIOVESAN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São José das Palmeiras, Senhor JOÃO SURIAN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São José da Boa Vista, Sr. PAULO ROLIN BENTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Jorge do Patrocínio, Senhor CLÁUDIO A. PALOZI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Jorge D'Oeste, Senhor JUAREZ JORDANI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São Jorge do Ivaí, Senhor JOSÉ LUIZ BOVO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São João do Triunfo, Senhor JOSÉ MARIA TARDIN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São João do Ivaí, Senhor LOURIVAL SAMPAIO DE SOUZA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de São João, Senhor IVO PEDRO FRI-

TEN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Rebouças, Senhor JERÔNIMO CABRAL PERUSSOLO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Realiza, Senhor MODESTO GOLIM.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Rancho Alegre, Senhor ANTONIO PINES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Quintandinha, Senhor JOÃO SANTANA PINTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Quinta do Sol, Senhor ANTONIO LÁZARO DA COSTA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Querência do Norte, Senhor JOSÉ EDEGAR PEREIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Quedas do Iguaçu, Senhor PEDRO ALZIDE GIRALDI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Quatro Barras, Senhor CARLOS CREPLIVE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Quatiguá, Senhor JOSÉ CAMILO RAMALHO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Prudentópolis, Senhor WILSON SANTINI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Muni-

cípio de Primeiro de Maio, Senhor MÁRIO CASANOVA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Presidente Castelo Branco, Senhor ALVASINO FACEIN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pranchita, Senhor VALENTIM FAQUINELLO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Porto Vitória, Senhor VICENTE LUIZ SCHAITZ.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Porto Rico, Senhor PAULO PRATIS NOGUEIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Porto Amazonas, Senhor DAVID DOS SANTOS CASSOLI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Porecatu, Senhor ADEMAR PICOLO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Ponta Grossa, Senhor PEDRO VOSGRAU FILHO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Planalto, Senhor ORLANDO ELIMAR KLEEGLE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Planaltina do Paraná, Senhor MA-NOEL BENJAMIN DANTAS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pitanga, Senhor OTACÍLIO CONCEIÇÃO BITENCOURT.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de

congratulações ao Prefeito eleito do Município de Piraquara, Senhor LUIZ CASSIANO FERNANDES.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Piraí do Sul, Senhor RAMIS GABRIEL CURY.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pinhão, Senhor DARCI BROLINI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pinhalão, Senhor AQUILES VANZELLI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Piên, Senhor LAÉRCIO BUENO DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pérola D'Oeste, Senhor DOMINGOS RIBEIRO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pérola, Senhor ALDO NUNES DOS REIS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Peabiru, Senhor ANTONIO ZAGATTO.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paulo Frontin, Senhor HERCÍLIO JOAO DALAZEN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paulo Freitas, Senhor GENEROSO DANIEL DE LARA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Pato Branco, Senhor CLÓVIS PADUAN.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de

congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paranavaí, Senhor RUBENS FELIPPE.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paranapoema, Senhor APARECIDO STUANI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paranaguá, Senhor JOSÉ VICENTE ELIAS.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Paranacity, Senhor VALDECINO DA CRUZ FERREIRA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Paraíso do Norte, Senhor GERMANO SORDI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Palotina, Senhor MÁRCIO JOSÉ DA SILVA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Xambrê, Senhor DÉCIO JARDIM.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do município de Wenceslau Braz, Senhor CÉSAR SANTUCCI.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando votos de congratulações ao Prefeito eleito do Município de Vitorino, Senhor VILSON FELIPE BARBOSA.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Dr. Francisco L. S. Gomide, expediente solicitando a viabilidade de estudos com o objetivo de reduzir a tarifa da taxa de energia elétrica do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o alto custo da tarifa de energia elétrica, o qual já se torna insuportável em consequência dos constantes reajustes que se verificam todos os meses, e a dificuldade de pagamento dessa tarifa, principalmente pela classe menos favorecida economicamente, é que solicito a viabilização de um estudo que objetive reduzir a tarifa, pois a maioria da população umuaramense está se vendo obrigada a não mais utilizar os serviços da COPEL em

função do preço cobrado.

REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Srs. Aureliano Chaves e Dr. Paulo Afonso de Freitas Melro, Ministro das Minas e Energia e Presidente da ELETROSUL, respectivamente, apelando para o bom senso que deve caracterizar a atuação pública, solicitando a readmissão de todos os funcionários demitidos e a revogação de todas as suspensões e transferências arbitrárias, motivadas exclusivamente pela participação legítima no movimento reivindicatório da categoria. Afinal, estamos sob a égide da Nova Constituição Federal, a qual contempla o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidirem a oportunidade e os motivos para deflagarem o movimento paradista.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio, Alexandre Ceranto e Nereu Carlos Massignan.

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sr. Dídio Costa Rocha Loures, expediente solicitando a viabilidade de estudos com o objetivo de reduzir a tarifa da taxa de água e esgoto do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de, atualmente, o preço da tarifa estar muito alto e, em consequência, tornando-se insuportável ao consumidor, uma vez que o seu reajuste está sendo constante. Esta situação está prejudicando sobremaneira a classe menos favorecida economicamente, que se vê obrigada a não mais utilizar os serviços da Empresa.

Por isto, peço estudos com vistas a atender o pleiteado, uma vez que o mesmo é oriundo da vontade e necessidade popular.

REQUERIMENTO N° 902

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, solicita à Fundação Teatro Guaíra que se digne a colocar

Curitiba, quinta, em 24.11.88

em estudo, e a viabilizar, a criação de um espaço para a música, poesia, dança e artes cênicas, na cidade pólo de Foz do Iguaçu.

Faça-se isto, não só pela importância de Foz, hoje com 200 mil habitantes, como pela necessidade de se marcar com a identidade cultural paranaense na fronteira, e ainda pelas obrigações do Estado com os bens culturais e a democratização de oportunidades conforme é texto da nova Constituição.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) RAFAEL GRECA

Líder do PDT

JUSTIFICATIVA:

Pode-se viabilizar isto através do programa de pavilhões alternativos já publicado como intenção da Secretaria neste Governo; ou ainda, por convênios de uso múltiplo com o Cinema do Hotel Salvatti, ou de outros hotéis; ou, sobretudo, por convênio com a Secretaria da Indústria e do Comércio e com a empresa operadora do Centro de Convenções, em construção, para uso alternativo dos espaços lá existentes.

A presente recomendação quer tornar possível aos grupos de música, teatro e dança, da bela cidade de Foz, um espaço de Expressão e criatividade comunitária.

REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja dado como lido o pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assistimos esta semana, o lançamento da nota de dez mil cruzados e sua divulgação como se fosse um grande negócio para o povo brasileiro. O sanitarista Carlos Chagas, brasileiro conhecedor das dificuldades básicas de seu país, se estivesse vivo, não estaria comemorando este atestado de avanço inflacionário que a cédula em sua homenagem representa. E, enquanto a inflação foge de qualquer controle verdadeiro, o pacto anti-inflacionário esbarra em todo tipo de dificuldades.

Os empresários estão, e com razão, preocupados com os ajustes fiscais propostos pelo governo e já antevêm a inviabilização do pacto a persistirem os termos atuais. Os planos do Governo Federal não trazem cortes realmente eficientes para controlar o déficit público e nem qualquer providência visando a extinção ou a privatização das estatais, responsáveis por grandes gastos.

Os empresários querem agora transferir a responsabilidade da viabilização do pacto social à classe política, através da

cobrança dos 25% do serviço das dívidas externas dos Estados. Os empresários rezeiam que, se o Congresso não determinar cortes imediatos na máquina do governo, o pacto não dará certo. A hiperinflação voltará a ser o fantasma a nos aguardar pelas esquinas.

E qual a parte que cabe ao Governo Estadual para ajudar na resolução desse gravíssimo problema? Precisamos nunca deixar de lado a vocação paranaense da agricultura e é hora de voltar os olhos para o projeto maior da Secretaria da Agricultura, que prevê a irrigação de todas as áreas agrícolas.

As campanhas eleitorais terminaram e é preciso recuperar o tempo perdido e, se possível, também os gastos que foram feitos. O agricultores paranaenses e de todo o País sofrem com as oscilações da política agrícola federal. Eles querem agora uma nova lei agrícola que garanta um mercado semilivre, onde o papel do governo se restrinja ao estocamento das safras, deixando as questões de preço ao cargo dos produtores e de suas entidades representativas.

É hora do governo paranaense dar seu apoio, lutando lado a lado com nossos grandes responsáveis pela riqueza do Estado. O Paraná, como a grande maioria dos estados brasileiros, está atravessando imensas dificuldades financeiras e precisa investir em sua maior fonte de recursos, que é o setor agrícola.

Na supersafra prevista para este ano, só não foi verificado sucesso maior porque ainda não podemos passar tranquilos pelos caprichos da natureza que, quando mais precisamos de chuva, nos manda a seca, parecendo nos punir por deixar para depois um projeto da importância do que prevê a irrigação no estado.

É preciso que o Paraná mantenha sua posição, não pagando agora sua parte nas dívidas e forçando que o Governo Federal assuma sua parte. Já que ele não tem cumprido seu papel, permitindo o crescimento dos estados através de políticas adequadas para tal, deve pelo menos garantir prazo para que os Estados se equilibrem economicamente.

O Paraná precisa de apoio e o Governo Estadual precisa se posicionar, incrementando políticas agrícolas próprias, defendendo a desvinculação excessiva ao Governo Federal. É provado que a democracia não sobrevive sem a livre iniciativa e a livre iniciativa não sobrevive sem o apoio dos governantes, trazendo medidas que viabilizam seu crescimento.

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a diretoria da ELETROSUL, seja exonerada, considerando a péssima atuação no episódio da greve de seus funcionários, cujo movimento persiste há mais de 20 dias.

Esta Diretoria, além de não saber conviver com a nova Constituição, onde o direito de greve é assegurado, age com injustiça e arbítrio, punindo e demitindo funcionários.

Desta decisão de-se ciência ao Ministro Aureliano Chaves, aos Poderes Legislativos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e aos Sindicatos representativos da categoria, como também ao Poder Legislativo do Mato Grosso do Sul, reinterando ao Ministro a não punição dos funcionários e a readmissão dos demitidos.

Requer-se outrossim, desta decisão sejam cientificados também os Senhores Governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER:

a) Formação de comissão representativa de todos os partidos, para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, manter audiência com o Ministro Aureliano Chaves para que seja resolvido o impasse da ELETROSUL.

b) Desta decisão se dê ciência às Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul, bem como aos sindicatos representativos da categoria em greve.

Sala das Sessões, em 24.11.88

(a) PAULO FURIATTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 317/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ORGANIZAÇÃO ECOCATU OBY PRÓ NATUREZA" com sede e foro à Travessa José Surugi, 89 - Fundos, no Bairro Seminário, nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Organização Ecocatu Oby Pró Natureza, sem fins lucrativos, sem caráter partidário e religioso, na entidade civil, de caráter cultural, visando a preservação da natureza, tem o significado de "ECOCATU

OBY" PAZ VERDE, tirada da língua Tupi, tem por finalidade combater todas as formas de degradação ambiental, informar, mobilizar e organizar a comunidade para que alcance o bem-estar físico, mental e social, baseado nos princípios fundamentais da Ecologia e da Natureza.

Estanto atento, percebendo, compreendendo e agindo contra os atos nocivos à vida, visando os objetivos dos ecologistas.

Trabalhar em defesa da cultura dos povos indígenas do Brasil, assim como apoiar entidades que tenham esta finalidade.

Apoiar os movimentos populares que objetivem a conquista de uma sociedade justa, coerente e livre.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 318/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PALMARES" com sede e foro à Rua Padre Agostinho, nº 1034/1060, nesta Capital.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Palmares-Prevenção e Recuperação do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, de duração indeterminada, tendo por objetivo prevenir, tratar e recuperar casos de alcoolismo, promover a assistência em toda sua amplitude, não só aos pacientes, mas também aos familiares através da Associação, promover técnicas terapêuticas aplicáveis a tais pacientes, incluindo a realização de conferências, palestras, cursos sobre o tema, promover campanhas educativas visando a prevenção na comunidade com relação ao alcoolismo e outras dependências químicas.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há 21 dias os funcionários da ELETRO-

SUL estão em greve.

Antes do dia 15 tive a oportunidade de visitar a Usina de Salto Osório e encontrar lá funcionários em greve. Naquela ocasião, discutindo com os grevistas, manifestava a minha preocupação no sentido de que o Governo Federal e o Ministério das Minas e Energia tivesse visão dos tempos novos da nova Constituição que assegure o direito amplo de greve, razão porque o Governo, no caso patrão, deveria ter a visão clara de que, em existindo uma greve, é necessário reconhecê-la como legítima e partir para a negociação.

Na verdade nada disso ocorreu. Passaram-se as eleições, e as eleições deram um recado, e nem esse recado foi o suficiente para que o Governo se sensibilizasse.

Durante o período de greve a manutenção preventiva e corretiva é precária. São serviços essenciais, necessários à população. Daí a razão principal de que o Governo deveria se preocupar em encaminhar as reivindicações e negociar com os sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Curitiba e os demais sindicatos envolvidos no movimento grevista.

Mas o que ocorre é que a Diretoria da ELETROSUL, ao invés de sentar à mesa da negociação e reconhecer que o direito de greve é constitucional, usa helicópteros, desacata Deputados de Santa Catarina, age como se ainda estivesse nos tempos da Ditadura, esta gente tem saudades do A.I. 5, do obscurantismo, da censura, só sabe tratar da greve com o Exército, com a polícia, com o porrete e o cacetete. A Diretoria da ELETROSUL demitiu 25 funcionários, puniu 55 funcionários. A resposta ao movimento grevista que é legítimo e constitucional se dá pela via de arbítrio, da injustiça, da demissão e da punição.

No desespero de não negociar, procuram contratar funcionários aposentados que já foram para casa depois de terem prestado os seus serviços.

Constater também a presença abusiva da Polícia no movimento. A Polícia pode fazer e deve fazer o seu trabalho preventivo, mas a Polícia não é patrão para negociar com o grevista. O patrão é a ELETROSUL, e a ELETROSUL deve sentar, negociar e discutir as reivindicações dos seus funcionários.

O que mais estranho é que para negociar salário, discutir planos de carreira, reconhecer o direito constitucional da greve, ao invés de fazer isto, a Diretoria da ELETROSUL, e aqui está o documento oficial da ELETROSUL: "Diretoria Executiva, reunião n. 27, Relator Paulo Mello - Presidente:

E o Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL -, no uso de suas atribuições, resol-

ve:

- ratificar as dispensas de licitação dos processos relacionados em anexo".

Em um deles, Senhor Presidente, Senhores Deputados, consta a contratação de uma empresa de assessoria jurídica denominada Trauseo Picard, no valor de 44 milhões de cruzados, para assessorá-lo no encaminhamento de uma greve, para assessorá-lo de como não se deve tratar movimento grevista, dispensando licitação, eu não sei onde está a legitimidade dessa diretoria que se preocupa em gastar mal o dinheiro, contratando especialistas advogados que nada mais fazem do que orientá-los no sentido de que greve não está escrito na Constituição.

Melhor seria que a ELETROSUL, a sua Diretoria tivesse a dignidade de reconhecer que não sabem viver nos tempos da democracia, e da nova Constituição e entregar os seus cargos ao Ministro Aureliano Chaves.

"Quizá, quizá, o Ministro Aureliano Chaves que tem enfrentado situações difíceis junto ao Governo, mas que tem sido sensível em outras circunstâncias de outros movimentos grevistas, possa dar um encaminhamento razoável a este movimento grevista, ratificando pois, a posição nossa no sentido de que esta Assembleia Legislativa, e farei formalmente um requerimento no sentido de que a Diretoria da ELETROSUL seja demitida, e em substituição colocando pessoas que saibam viver os novos tempos da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhor Deputados.

Trazemos ao conhecimento desta Casa de Leis, os fatos ocorridos antes, durante e após o pleito de 15 de novembro, da nossa cidade de Cascavel.

Infelizmente a nossa Cidade, volta ao noticiário da grande imprensa nacional, para relatar o maior, o mais grandioso caso de corrupção eleitoral já havido no Estado do Paraná.

Temos para comprovar as nossas palavras, o resultado de Inquérito Policial efetuado pelo Policial Federal em nossa Cidade, que comprovaram em flagrante a prisão de várias pessoas recebendo dinheiro, durante e depois do pleito em nossa Cidade.

Foram prisões efetuadas pela Polícia Federal, que foi à cidade de Cascavel atendendo a solicitação da Justiça Eleitoral da nossa Cidade.

Flagrantes esses que comprovam que o

PMDB de Cascavel contratou entre aspas, mais de 8 mil fiscais de boca de urna em nossa Cidade.

Essas humildes pessoas recebiam, receberam, cinco mil cruzados e uma credencial do PMDB, e logo após a apuração dos votos receberam mais dez mil cruzados, ao entregar ao Partido aquela credencial que tinham recebido antes. Infelizmente, cabe a nós, não como candidato a Vice-Prefeito de Cascavel, mas como Deputado Estadual, representante daquela cidade aqui neste poder Legislativo, entrar com um pedido de impugnação das eleições na cidade de Cascavel, no último dia 15 de novembro.

Constam do nosso pedido de impugnação nove justificativas, nove comprovações contundentes, resultado do trabalho da Polícia Federal que comprovam e colocam em Cascavel, como já disse, uma página negra na História política do nosso Município.

O próprio Promotor Público eleitoral de Cascavel acolheu o pedido de impugnação, porque se rendeu às provas contundentes que foram apresentadas pela nossa Assessoria Jurídica.

Movido pelo clamor público da população de Cascavel, acusando a "compra de votos" que estava sendo realizada por parte do PMDB, para os seus candidatos a prefeito e a vereador, a Polícia Federal no desempenho de suas responsabilidades constitucionais, realizou as investigações necessárias, procedendo a todos os atos reclamados pelo tipo de rumor popular que a movera.

As provas que possuímos, as investigações culminaram por confirmar a acusação do povo, até com flagrantes sobre eleitores que estavam recebendo pagamentos contratados, e agentes pagadores.

Não há, pois, como ser explicado o escândalo. Já tendo ensejado o competente procedimento judiciário por parte da "Aliança Democrática Trabalhista" que resultou fraudada pela conduta criminosa do PMDB em Cascavel.

Mais decente para o partido que detém o Poder no País, com o Governo do Estado e a Presidência da República, seria ele a ajudar a Polícia Federal a apurar com profundidade e rigor máximo, o clamor popular que denegriu a democracia no Paraná.

No entretanto, para desalento do povo paranaense, justificando ainda mais as razões da derrota do PMDB aqui, o Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, deixou a sua pasta, e compareceu a Cascavel, para, juntamente com o Prefeito Fidelcino Tolentino, apresentarem por todos os veículos de comunicação popular do Estado, o seu protesto contra o trabalho e a conseqüente presença da Polícia Federal em Cascavel. Tendo eles classificado o desempenho legal dos federais, como

"terrorismo" e ameaçado de "expulsá-los da cidade" se continuassem as "investigações".

O Prefeito Tolentino chegou a proclamar que "convocaria" mais de 50 mil pessoas para proceder do ato de expulsão da Polícia Federal, da nossa cidade de Cascavel.

Claro que as ameaças não intimidaram as dignas autoridades policiais que, segundo tudo indica, bem cumpriram com o dever legal que a Constituição da República lhe incumbe. Todavia, o Secretário de Estado que, por ser integrante do Poder Executivo Estadual, compromete o Governo do Estado, e o Prefeito Tolentino que, sendo advogado não goza da excludente da ignorância sobre a Ordem Jurídico-Institucional do Estado Brasileiro, ao tentarem proteger os suspeitos, da ação policial, confessaram a culpa.

É a CONFISSÃO DE CONDUTA que se arrola entre a "prova científica", a qual, embora o sistema penal brasileiro não admita como base material de condenação, aceita para o relatório da decisão, onde o julgador consigna as suas convicções, necessárias à legitimidade magistral da sentença. De modo que, a confissão de conduta, além de constituir evidenciamento indiciário que não pode ser menosprezado no relatório do persecutório policial, é acontecimento muito importante para o procedimento judiciário, pelo valor que ela tem para a sentença. Ora, a Polícia Federal no caso em tela ainda agiu por convocação expressa da justiça eleitoral, que determinou investigações sobre todos os casos, que de alguma forma comprometeram o pleito eleitoral. Daí, o Secretário de Estado e o Prefeito não se insurgiram coberto por legalidade, a qual lhes falta em todas as hipóteses. Resultando por isto no que tange as convicções sobre a culpa em réus confessos, tendo cometido outro delito ainda mais grave, qual seja, o de ameaçar e insultar a população de Cascavel para um confronto com as autoridades Federais, que cumpriam com o seu dever na busca da Constituição da democracia. Democracia, aliás, que o PMDB não quer que se consolide, mas que instaure-se em estado de anarquia, tão propício à Ditadura da corrupção que o PMDB espera em toda esta grande República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, companheiros da ELETROSUL que vieram até esta Casa trazer ao conhecimento dos Parlamentares a situação que vivem hoje em decorrência do arbítrio, em decorrência da

violência que ainda campeia na chamada nova República.

Nós, que participamos recentemente da greve dos professores, temos ainda as sequelas da violência praticada contra os professores, contra até Parlamentares, e nós fomos uma das vítimas. Temos também na lembrança bem recente, o triste episódio de Volta Redonda, onde a Polícia do Governo do PMDB acabou matando até metalúrgicos. Isto tudo nos preocupa quando sabemos que a Polícia também está sendo utilizada para reprimir este movimento grevista dos companheiros da ELETROSUL, há 20 dias em greve, reivindicando uma melhor condição salarial, algumas demissões, de alguns líderes inclusive, funcionários suspensos. E nós que pensávamos que tudo isso já tinha acabado, nós que pensávamos que esta maneira de reprimir o movimento grevista já não existisse mais nesta nova República, quando a própria Constituição permite, dá o direito de greve.

Fica, portanto, aqui desta tribuna, a solidariedade da bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista aos companheiros da ELETROSUL, e a certeza de que Deus ajudará para que o bom senso venha prevalecer, e que aqueles demitidos possam ainda ser reenquadrados nos cargos que ocupavam e que os suspensos possam também ser, evidentemente, anistiados desta suspensão. Esperamos que consigam uma vitória, esperamos que sejam compreendidos porque o momento não é para violência, o momento é para diálogo e esse diálogo é preciso ser reativado entre as lideranças deste movimento grevista e a diretoria da ELETROSUL. Mas, uso também esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para parabenizar, para dizer da alegria que temos tido nesses últimos dias, a felicidade de sermos eleitos vice-Prefeito da Capital do Estado do Paraná pela sigla do PDT ao lado do companheiro Jaime Lerner.

A felicidade de ter nosso Partido também obtido extraordinárias vitórias no interior do Paraná, a exemplo de Londrina, com a presença hoje em Plenário do nosso ilustre companheiro Antônio Belinati, uma vitória extraordinária, uma diferença de quase 800 votos, mas uma vitória que demonstra seu prestígio em Londrina, seu prestígio em todo Paraná. Dizer também da minha alegria de desse pequeno espaço envolvido na Política, não mais do que cinco anos de ter sido eleito o Vereador mais votado em Curitiba em 1982, de ter sido o Deputado mais votado dos 54 dessa Casa em Curitiba em 1986, e ter obtido algumas vitórias aqui na região metropolitana na grande Curitiba e no litoral do Estado. Quero dizer que o PDT conquistou a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, na pessoa do ex-prefeito Roberto Perusi, e do

ex-Prefeito Eurípedes Siqueira. E obtivemos também a Prefeitura de Rio Branco do Sul, através do companheiro Miguel Abrão e do companheiro Henrique Stresses; e que conseguimos também a Prefeitura do Município de Campo Largo na pessoa do Doutor Afonso Guimarães, e popular "Bequinho", e também do companheiro Darci Adriassa; e que conquistamos também a Prefeitura de Guaratuba com o prestígio também do Deputado Anibal Khury na pessoa do companheiro Aldo Abagge e do companheiro Paulo Chaves; e conseguimos também a Prefeitura de Mandrituba num trabalho do Prefeito Cartário onde o nosso companheiro Claudino foi também o vencedor. Isso demonstra o crescimento do PDT a nível do Paraná, demonstra o crescimento do nosso Partido a nível de Brasil com várias Prefeituras conquistadas.

Por isto companheiros, fica aqui este meu agradecimento também aos companheiros desta Casa que nos apoiaram, que nos incentivaram na nossa caminhada inicial como candidato a Prefeito de Curitiba e depois na chapa como vice do companheiro Jaime Lerner; dos funcionários desta Casa que nos apoiaram, que nos incentivaram e a certeza de que o mesmo trabalho que fazemos nesta Casa com muita seriedade vamos desempenhar na função de vice-Prefeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a representação do PDS. Declina.

Havendo declinado, com a representação do PDC.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra a representação do PL.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra a representação do PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTONIO COSTENARO - Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados.

Nós utilizamos esta tribuna primeiramente para trazer nosso voto de felicitações aos companheiros vitoriosos como candidato a Prefeito nas eleições ocorridas no dia 15 próximo passado: Alexandre Cerranto, Antônio Belinati, José Domingos Scarpellini. Três baluartes desta Casa que naturalmente deixarão o convívio do dia-a-dia entre nós, e estarão lá nos seus municípios muito bem representando o seu povo, administrando a coisa pública, com a competência e a seriedade, que nós sabemos

têm esses homens, que naturalmente, estarão engrandecendo a administração pública do Paraná.

Quero também, no uso do horário da Liderança do PFL, manifestar em nome do meu Partido, o apoio aos funcionários da ELETROSUL, que em uma atitude de defesa dos seus direitos, de sobreviver com segurança, no sustento da sua família, naturalmente vendo o seu salário defasado, incapaz de sua autosustentação, tiveram como uma única oportunidade, a greve, que é direito assegurado de todo trabalhador brasileiro, principalmente pela nova Constituição. E depois, ao fim das negociações, passados os 20 dias de greve, deparamos esses funcionários com um problema muito sério: perseguição, a caça às bruxas, a perseguição pura e simples, naturalmente aos líderes grevistas com a tentativa de demissão.

Portanto, fica aqui, em nome do meu Partido, do PFL, o meu manifesto e dos meus companheiros, em defesa desses companheiros, desses servidores do Paraná e da Região Sul, compreendendo Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aos funcionários da ELETROSUL o nosso apoio; e também enviamos um telegrama ao Ministro Aureliano Chaves, e ao Presidente da ELETROSUL, manifestando apoio a estes servidores e que não sejam demitidos e perseguidos, por usarem de um direito justo, de um direito adquirido, principalmente, através da Constituição.

Portanto, fica aqui, a nossa palavra de apoio a todos os trabalhadores da ELETROSUL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, demais trabalhadores, funcionários públicos que aqui estão, manifestando e apelando para este Parlamento, para que os represente e que, certamente, nós representantes deste Poder, teremos que compreender a vontade e a apelação da categoria tão importante de servidores públicos, os trabalhadores da ELETROSUL, trabalhadores das escolas que aqui estão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, pelo que nos parece, a Nova Constituição não está em vigor; não está em vigor porque a nova Constituição contempla o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras se organizarem e lutarem através dos seus sindicatos, através das suas organizações, através da greve; agora, além de legítima,

legalmente os trabalhadores têm direitos de lutar pelos seus direitos.

E, pelo que nos parece, a Nova Constituição não está em vigor; por quê? Porque quando os trabalhadores, não só os trabalhadores da ELETROSUL, mas, todos os trabalhadores se mobilizam, para reivindicar de maneira ordeira e organizada, qual é a resposta que eles recebem?

A resposta é a resposta que estão recebendo hoje os trabalhadores aqui presentes, os trabalhadores da ELETROSUL, a resposta que eles receberam do Governo Federal foi a demissão e a punição dos seus cargos que foram contemplados pela nova Constituição. Isto é injusto, isto é imoral, isto é ilegal. (Palmas).

Por esse motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós estamos encaminhando à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, um requerimento de nossa autoria e subscrito por vários Deputados desta Casa, de vários Partidos que diz o seguinte:

(Lê o requerimento nº 904).

Este é o apelo que o Partido dos Trabalhadores faz a todos os Partidos e a todos os Parlamentares que compõem as oito bancadas deste Legislativo. Queremos que esta Casa passe cada vez mais, porque no passado temos exemplos amargos desta Casa não representar a maioria do povo do Paraná, que são os trabalhadores do Paraná.

Esperamos que de agora em diante todos os Partidos de todas as Bancadas que aqui estão, assumam o compromisso de serem a caixa de ressonância da maioria dos paranaenses e esperamos que este Parlamento no final desta sessão vote favoravelmente, apelando para o Governo Federal, apelando para o Ministro das Minas e Energias, apelando para o Presidente da ELETROSUL, para que seja respeitada a vontade dos trabalhadores paranaenses, porque não acredito que ninguém aqui nesse Parlamento queira que de agora em diante nós tenhamos um "black-out", no Paraná, no sul do Brasil e no Brasil inteiro. Ninguém quer que estes trabalhadores que aqui estão, amanhã ou depois estejam na fila dos sem-terras porque não têm mais empregos. Ninguém quer que sejam subempregados amanhã. O que nós queremos é um País para a classe trabalhadora e que nós não queremos mais é um País que sirva para meia dúzia de grupos econômicos, que vivem da exploração, que vivem do roubo e que vivem da dominação. Nós queremos sim que este Parlamento demonstre maturidade e apelamos e vamos resolver e vamos construir um País para a classe trabalhadora.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PTB.

(Declina)

Com a palavra a representação do PDT.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Venerável Deputado Anibal Khury, Presidente desta Assembleia, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Visitam esta Casa hoje, os trabalhadores da ELETROSUL, vêm pedir à Assembleia, representante do povo do Paraná que se dirija ao Senhor Presidente daquela Companhia Elétrica que atende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como também do Mato Grosso do Sul, que reconsidere as punições, são 55 e as demissões são 25, deflagradas depois de um movimento reivindicatório que parece se acomoda e se acomoda da melhor maneira no interesse público, a partir do momento em que os trabalhadores aceitaram a contraproposta da própria empresa inferior à sua reivindicação solicitando então os trabalhadores a volta ao trabalho sem punições e sem demissão dos companheiros envolvidos na luta.

O que é que se discute então a partir do momento em que se toma esta questão nas mãos, a partir do momento em que esta Assembleia acolhe nas tribunas estes trabalhadores, se discute a gravíssima questão que foi o foco básico da vitória ou da derrota das últimas eleições. Ou a autoridade se exerce pela força ou a autoridade se exerce pela inteligência.

Vimos nós, vimos os Deputados do Paraná as vezes em que autoridade se exerceu pela força. Vimos diante desta praça os movimentos de guerra contra as professoras que só queriam amenizar o quadro negro da escola. Vimos nós, autoridade exercida pela força transformada, no ato de inteligência do povo, de reagir até as pesquisas autoras que um dia eram alvorada e hoje são as do pôr do sol.

Vimos nós o povo reagir até ao bombardeio de vinte e cinco minutos de televisão, porque não se mente sempre, mesmo que se minta grande, quando o povo tem a capacidade de discernimento. Vimos, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o povo tem a necessária inteligência para perceber quem é por si e quem é contra si.

Hoje, uma parte do povo organizada, na forma dos trabalhadores da ELETROSUL, através do Sindicato dos Urbanitários de Curitiba e dos outros sindicatos da Intersindical toda que compõe o apoio a este movimento reivindicatório, vem a esta Casa pedir o fim da greve, porque a greve

terminará, porque eles aceitaram e acata-ram a contraproposta da empresa, vem pedir aos Deputados do Paraná que se interceda junto ao Ministro de Estado das Minas e Energia, que se interceda junto ao presidente da ELETROSUL, o Doutor Melro, no sentido de que sejam revistas as 25 demissões e as 55 punições.

Dizia-me o interlocutor da empresa hoje de manhã pelo telefone, que havia-me visto na televisão, nobre vice-Prefeito, Algaci Túlio, havia me visto na televisão defendendo os trabalhadores e chamava como sempre na velha linguagem aos trabalhadores que reivindicam, de baderneiros, de sabotadores, até graves sabotadores do sistema elétrico do Sul do País e dizia eu a ele, porque se buscaram essas pessoas no fórum público, o fórum da Assembléia que é o mais legítimo, porque é o mais aberto, não busca também o Senhor o fórum público, o fórum da Assembléia, trazendo os trabalhadores que discordam desta greve, trazendo o próprio Presidente da ELETROSUL para visitar a Assembléia do Paraná e os Deputados do Paraná.

Para então, à luz clara das decisões populares que preside esta Casa, então aqui se estabelecer quem realmente tem razão e quem realmente tem o direito. Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não é uma disputa que se propõe. O que se propõe é o respeito à Constituição. E perde esta Casa o direito de escrever a nova Constituição do Paraná, se nós não assumirmos o respeito irrestrito à Constituição Federal, porque não pode ser a Constituição, que respeita o direito de greve, tratada como as rosas do poeta francês Malleherbe, aquelas que não duram nem um dia.

Se o Procurador da República, a mando do Senhor Sarney, desrespeitou a Constituição, pesando suas mãos da redação de tantos Decretos-Leis, já na última noite em que vigia a Constituição velha e ainda na primeira noite em que vigia a nova, fazendo inclusive, aquela gravíssima restrição, proibindo o acesso aos arquivos do SNI.

Se o Presidente da República e o seu Procurador tais coisas fizeram eles merecerem a condenação do povo nas eleições. Não podemos nós, enquanto Poder Constituinte, deixar de apoiar o legítimo direito da greve sem punições e sem demissões. Não devemos apoiar a baderma. Claro que não, porque queremos todos a sociedade organizada. Mas temos o grave dever de alertar ao Presidente da ELETROSUL que uma parcela grande da população paranaense e eu sei que posso falar pelos trezentos e vinte e seis mil votos do vice-Prefeito e do Prefeito, eleitos de Curitiba e mais os setenta mil votos do Prefeito Belinati, de

Londrina, e os outros tantos votos que se deram às Oposições nos Colégios Eleitorais, esclarecidos deste País, sei que posso falar, pedimos nós o respeito ao direito de greve e sobretudo, antes de tudo, o respeito à Constituição.

Acolhemos os trabalhadores com a idéia de que "quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Era isto.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falo aqui em nome do PMDB. O PMDB autêntico que sabe aprender a lição das urnas, das urnas que não diferenciou o trabalho dos autênticos, dos conservadores que se aliaram com o PFL, e que desgraçam esta Nação.

O Sr. Nestor Baptista- Eu quero me inscrever para um aparte, nobre Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI - Na seqüência. Falo aqui e elogio a postura da Oposição do PT mas faço aqui antes de entrar no assunto específico dos funcionários da ELETROSUL, que nós vamos sempre diferenciar em todos os nossos pronunciamentos, Parlamentares que tenham uma posição verdadeira e autêntica em relação ao movimento dos trabalhadores, dos parlamentares que fizeram parte do passado, do presente e se prepararam no futuro, na calamidade da administração que nós temos no Brasil.

Os funcionários da ELETROSUL, demonstraram responsabilidade no seu movimento e estão preocupados no primeiro instante com a seqüência de uma greve que se perdura, se faz única e exclusivamente por responsabilidade do Ministério das Minas e Energia e, portanto, do PFL, que ainda administra este País, com os mesmos rancores do passado. (Palmas).

A ELETROSUL faz greve em quatro Estados. A ELETROSUL e os funcionários pedem reivindicações salariais. É feita uma contrapartida de reivindicação salarial que é aceita pelos trabalhadores. Mas a falta de diálogo, o processo autoritário não permite que na ELETROSUL, a despeito de entendimentos na Petrobrás, na Siderúrgica Nacional e em tantos outros movimentos, a miopia política da Direção da ELETROSUL não permite que essa greve responsável seja terminada sem punições, sem retaliações e sem perseguições.

E nós não vamos solicitar, nós vamos exigir que o Ministério das Minas e Energia, do PFL, do Senhor Aureliano Chaves, e que a Diretoria da ELETROSUL pare de lesar

a Pátria e pare de fazer o que fez ontem com colegas da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, onde o Presidente da ELETROSUL lá se dirigiu, perdeu a cabeça, acusando os Deputados que estavam mediando a greve dos funcionários e os chamando de corruptos na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A responsabilidade do trabalhador da ELETROSUL está explícita no seu movimento, nas suas lideranças e nos seus trabalhadores, mas esta responsabilidade não está acontecendo claramente na Direção da ELETROSUL. E eu aqui quero dizer que este não é um problema apenas dos trabalhadores da ELETROSUL, porque é direção como esta da ELETROSUL que está aniquilando esta Pátria, este País e este povo, e este não é o problema apenas dos funcionários da ELETROSUL: este é um problema dos funcionários públicos, é um problema dos trabalhadores da empresa privada, é um problema dos Parlamentares, dos políticos, porque "quem faz a hora" e esta é a hora. Ou a ELETROSUL se ajoelha perante a realidade do fato, volta atrás das punições e pratica a política do diálogo, da conversa e da conciliação, ou nós vamos entrar num impasse institucional gravíssimo daqui a pouco.

É claro que tem gente jogando no impasse e é claro que essas pessoas não são os trabalhadores porque não há justificativa política que se coloque no momento em que os funcionários entendem-se a respeito dos seus salários e exigem uma postura democrática e a empresa continua numa posição intransigente; é claro que aqueles mesmos homens que sustentaram o processo autoritário no passado hoje estão incrustados em órgãos do Governo, jogando pesado para que o impasse se estabeleça e quem sabe os tanques do Senhor Ney Braga do passado, do Senhor General Figueiredo, dessa turma toda que manipulou o poder venham às ruas.

Se na democracia uma Diretoria como a da ELETROSUL age desta forma, Senhores trabalhadores, vocês imaginem estes homens comandando o País num processo de Ditadura. Eles não estariam apenas ringando os Deputados na Assembléia em Santa Catarina; eles estariam colocando as baionetas e matando mais trabalhadores do que já o fizeram.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é imperativo. Nós do PMDB já tomamos uma decisão desde ontem, os nossos Parlamentares autênticos estão em Brasília a exigir o cumprimento da Constituição e não punição dos grevistas. Mas é imperativo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta comissão estabeleça hoje uma comissão de representantes dos Deputados do Paraná, e pegam uma audiência ainda amanhã

com o Ministro Aureliano Chaves e vamos exigir o cumprimento da democracia, do diálogo e do respeito, e esta luta não é apenas nossa, do PMDB, mas de todos os partidos que compõem esta Assembléia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 283/88 e 272/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 283/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 108/88), que encaminha, de acordo com o disposto no art. 47 da Constituição Estadual, o Orçamento-Programa para o exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento ao Projeto e as Emendas n°s 1.041, 1.048, 1.049 e 1.054, REJEITANDO as demais.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 283/88

ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL 1989

P A R E C E R:

1. INTRODUÇÃO

Atendendo ao que preceitua o artigo 36 da Constituição do Estado do Paraná, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado envia à apreciação desta Assembléia Legislativa a Mensagem n° 108/88 que, transformada no Projeto de Lei n° 283/88, visa dotar nosso Estado de uma nova Lei de Meios.

2. OS NÚMEROS GERAIS

O Projeto ora em deliberação estima para o exercício de 1989 uma receita de Cz\$ 2.491.944.178.000,00 (dois trilhões, quatrocentos e noventa e um bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões e cento e setenta e oito mil cruzados), fixando a despesa de acordo com os anexos, que passem a fazer parte integrante do corpo legal, em igual importância.

As receitas de recolhimento centralizado estão estimadas em Cz\$ 1.954.768.718.000,00 (um trilhão, novecentos e cinquenta e quatro bilhões, sete-

centos e sessenta e oito milhões e setecentos e dezoito mil cruzados), e, as de recolhimento descentralizado em Cz\$ 537.175.460.000,00 (quinhentos e trinta e sete bilhões, cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e sessenta mil cruzados).

3. Conforme se demonstra no quadro abaixo, as funções prioritárias são as seguintes:

Educação e Cultura - 18,4%

Transporte - 18,1%

Administração e Planejamento - 16,4%

Assistência e Previdência - 12,8%

FUNÇÕES	FONTES					
	TESOURO		OUTRAS FONTES (1)		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
LEGISLATIVA	28.038.783	1,4	-	-	28.038.783	1,1
JUDICIÁRIA	88.810.265	4,5	-	-	88.810.265	3,6
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	372.727.409	19,1	37.242.739	6,9	409.970.148	16,4
AGRICULTURA	113.460.091	5,8	36.397.243	5,8	149.857.334	6,0
COMUNICAÇÕES	1.973.470	0,1	39.500	-	2.012.970	0,1
DEFESA NAC. E SEGURANÇA PUB.	131.749.927	6,7	4.299.318	0,8	136.049.245	5,5
DESENVOLV. REGIONAL	166.170.227	8,5	2.355.000	0,4	168.525.227	6,8
EDUCAÇÃO E CULTURA	402.667.286	20,6	57.338.828	10,7	460.026.116	18,4
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	34.494.239	1,8	-	-	34.494.239	1,4
HABITAÇÃO E URBANISMO	1.638.436	0,1	-	-	1.638.436	0,1
INDÚSTRIA, COM E SERVIÇOS	8.366.426	0,4	6.770.540	1,3	15.136.966	0,6
SANEAMENTO	111.604.665	5,7	112.818.273	21,0	224.422.938	9,0
TRABALHO	3.797.212	0,2	-	-	3.797.212	0,1
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	226.131.370	11,6	92.141.293	17,2	318.272.663	12,8
TRANSPORTE	263.118.910	13,5	187.772.726	34,9	450.891.636	18,1
TOTAL	1.954.769.718	100,0	537.175.460	100,0	2.491.944.178	100,0

4. AS EMENDAS

Dentro do prazo regimental foram apresentadas 1056 (mil e cinqüenta e seis) emendas ao Projeto de Lei N° 283/88, ora em apreciação.

Da análise das emendas, aglutinadas por similaridade

TEMOS

EMENDAS DE N° 001 a 787 - de 787 a 834 - 1021 - 1043 e 1046 - Não devem ser acolhidas, visto no seu somatório proporem a extinção pura e simples da Secretaria de Comunicação Social. Estas emendas, em número de oitocentos e quarenta, apresentam impropriedade de classificação deturpando as funções originárias deste Órgão, explicitadas no art. 23 da Lei N° 8485.

EMENDAS DE N° 835 a 886 - Da análise destas emendas em que pese a intenção do deputado autor, em dotar de verbas as Entidades aí apontadas, conclui-se pelo seu não acolhimento por alocarem recursos em unidades administrativas que não comportam tal finalidade. Além disso, aos códigos apresentados nas respectivas não correspondem os órgãos neles nominados.

EMENDAS DE N° 887 a 901 - Tecnicamente incorretas, pois não cabe ao DECOM a programação de obras sendo ele apenas um Órgão executor. Ademais, trata-se de despesas de capital não previstas no Orçamento Plurianual de Investimentos.

Pelo não acolhimento.

EMENDAS DE N° 902, 903, 904 e 1018 - Não podem ser acolhidas porque não especificam a despesa, como também não estão discriminadas no Orçamento Plurianual de Investimentos.

EMENDAS DE N° 905 a 935 - Não cabe a discriminação de entidades beneficiárias de verbas na forma proposta, porque a "Execução dos Programas Especiais da S.E.T.A." não trata especificamente do repasse de verbas de assistência social para entidades, mas aglutina um conjunto bem mais amplo de atividades que contemplam o Estado como um todo. Razões estas que tornam o acolhimento das presentes emendas.

EMENDAS DE N° 936 a 994 - É imprópria a indicação de entidades a serem beneficiadas, pois o Orçamento contempla o Estado como um todo. A destinação dos recursos de Assistência Social Geral obedece a critérios de ordem geral que impossibilitam a especificação de apenas determinadas entidades.

Somos pelo não acolhimento.

EMENDAS DE N° 995 a 998 - As emendas propõem investimentos não previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos, não devendo ser acolhidas.

EMENDAS DE N° 999 a 1017 - Tratando-se de emendas que discriminam recursos para construção e pavimentação de estradas rurais através de convênios com a Caixa Econômica Federal - CEF não devem ser acolhidas pois tais convênios já determinam os trechos de estradas a construir. Da mesma forma, a não identificação do valor e da dimensão das obras impede a acolhida das emendas.

EMENDAS DE N° 1019 - O não acolhimento da presente emenda decorre de impropriedade de classificação, visto que os recursos seriam encaminhados ao Programa do Livro Didático e não ao atendimento do educando portador de excepcionalidade, conforme intenção do Autor.

EMENDA DE N° 1020, 1023, 1026, 1027 e 1031 - O acolhimento destas emendas significaria, na prática, a paralisação das atividades dos órgãos da administração di-

reta, visto que o orçamento foi elaborado com uma previsão mensal de 18% de inflação.

A flexibilidade que a lei n. 4.320 concede, em se tratando de limites autoritários para créditos suplementares constantes das dotações cobertas com receita centralizada ou descentralizada, é que viabiliza em termos operacionais a programação orçamentária do Estado.

As alterações propostas, diminuindo o percentual pretendido, criariam o caos administrativo na execução orçamentária do Estado do Paraná.

EMENDA DE N° 1025 - Ainda que pese a relevância dos objetivos colimados pela presente Emenda, recomenda-se o não acolhimento da mesma pelas razões a seguir: Embora encontre respaldo na Lei n. 4.320/64 como cita o Autor, a aprovação da mesma viria inviabilizar as ações administrativas dos órgãos articulados na presente Emenda nos meses de janeiro, fevereiro e março em consequência do recesso parlamentar, que impediria a aprovação por este Poder dos orçamentos já referidos.

EMENDA DE N° 1029 - A presente Emenda determina que, nos termos da legislação federal vigente, o Poder Executivo enviará à Assembléia projetos de normas complementares pertinentes à execução do orçamento.

Ora, a legislação federal específica ainda é a Lei n. 4.320/64, a qual deverá, em breve, ser revista, ajustando-se aos novos dispositivos constitucionais. Por outro lado, a iniciativa não encontra guarida na presente Lei Orçamentária, uma vez que provoca o Poder Legislativo a estabelecer normas complementares à execução orçamentária, e tais medidas só serão possíveis após a edição da nova Carta Constitucional do Estado.

Pelas razões expostas somos pela rejeição da presente Emenda.

EMENDA DE N° 1030 - Tratando-se de emenda supressiva, seu acolhimento afetaria a racionalidade administrativa e o próprio plano de ação governamental na área da Comunicação Social e Casa Civil.

O artigo 8° da Lei Orçamentária, na forma proposta visa tão somente a racionalidade administrativa, impedindo a superposição de iniciativas similares. Assim sendo, somos pelo não acolhimento desta Emenda.

EMENDA DE N° 1028 - O acolhimento da presente emenda fica prejudicado pelo não acolhimento da Emenda de n. 1030. Razão pela qual a emenda não deve ser também acolhida.

EMENDA DE N° 1022 - A programação do CEASA já consta com uma verba de seis bilhões e cento e oitenta e oito milhões para atender à programação e a famílias de baixa renda em compras comunitárias para 133,5 mil famílias, o que caracteriza um atendimento adequado, tornando-se desnecessário o acréscimo proposto.

Pelo não acolhimento da presente emenda.

EMENDA DE N° 1024 - A emenda pressupõe obras de infraestrutura de construções de creches, caracterizando investimentos não constantes do plano plurianual de investimentos, razão pela qual a emenda não deve ser acolhida.

EMENDA DE N° 1032 a 1040 - As emendas de ns. 1032 a 1040 propõem a criação de cursos de 2° grau em estabelecimentos de ensino de Cascavel; dão nova destinação a recursos originários de fontes convenientes; criam programas através da instituição de fundos; criam Faculdades; extinguem órgãos; além das de ns. 1035 e 1039 não especificarem as fontes de recursos a serem alocados para dar suprimento às despesas decorrentes das mesmas.

Quanto a criação de cursos de 2° grau, em Escolas da cidade de Cascavel, conforme especifica o Autor, há de se convir que tal propositura colide com programa específico da SEED, onde a implantação dos mencionados cursos devem atender a alguns quesitos fundamentais, como a existência de estrutura física, professores disponíveis, existência de clientela, etc. E, conforme depreende-se da justificativa do Autor, os núcleos ali apontados já são atendidos com os cursos propostos, em Escolas de 1° grau.

Pelas razões supra expostas, somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE N° 1041 - Tratando-se de medida meramente autorizatória e, cabendo ao Chefe do Poder Executivo acatá-la ou não, decide-se pelo acolhimento da presente Emenda na forma proposta.

EMENDA DE N° 1042 - O não acolhimento da presente emenda, justifica-se pela impropriedade técnica, visto a mesma não especificar a fonte de recursos pretendida.

EMENDAS DE N°s 1043 e 1046 - As presentes emendas, se acatadas implicariam a extinção da Secretaria de Comunicação Social, visto a somatória dos recursos pretendidos, totalizando oito bilhões de cruzados. Pelo não acolhimento das emendas.

EMENDA DE N° 1044 - Não especifica os

elementos de despesa, o que impede a análise técnica da emenda que, por esta razão não deve ser acolhida.

EMENDA DE N° 1045 - A presente emenda, se acolhida implicaria na transferência dos recursos previstos para a FASPAR, em código que não absorve as atividades originalmente propostas na Lei Orçamentária.

EMENDA DE N° 1047- A presente emenda não deve ser acolhida por impropriedade técnica em sua apresentação, já que inseriria no texto da Lei Orçamentária, matéria a ele estranha.

EMENDA DE N° 1048 - Nos termos da presente emenda o autor pretende normatizar a aplicação de receitas que o Estado do Paraná vier a auferir a título de compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no território, plataforma continental, mar territorial, ou zona economicamente exclusiva, destinando os recursos referidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, para aplicação exclusiva com projetos, nos quais se identifique com clareza os retornos econômicos e sociais.

Em se tratando de medidas normativas que deverão ser tomadas pelo Chefe do Executivo Estadual, cabendo exclusivamente a ele sua aplicabilidade. Pelo acolhimento.

EMENDA DE N° 1049 - O autor pretende a centralização parcial ou total de recursos oriundos do tesouro do Estado das dotações que especifica, no orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Em se tratando de medida autorizatória, versando apenas sobre centralização de recursos dos objetivos pelo arrojado exposto na justificativa, somos pelo acolhimento da presente emenda.

EMENDAS DE N°s 1050 e 1054 - As emendas de n° 1050 e 1054, visam a implantação de colégios de 2° grau nas sedes de municípios onde inexistia oferta de tais cursos e a incrementação da ação cultural na área das fundações culturais no Estado do Paraná, respectivamente.

Técnicamente corretas quanto à formulação, indicando as fontes de recursos a darem suprimento aos encargos oriundos da proposta, e considerando ainda o inestimável retorno social, decorrente da adoção de tais medidas, somos pelo acolhimento das mesmas.

EMENDA DE N° 1053 - A presente emenda visa ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa, tendo em vista os índices in-

flacionários previstos para o exercício de 1989.

Há que se considerar, porém, que a Assembléia, durante o exercício poderá suplementar seu orçamento de acordo com as necessidades emergentes, evitando desta forma o desajuste orçamentário dos órgãos dos quais solicita-se o remanejamento de recursos.

Tendo em vista tais considerações somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE N° 1052 - A emenda de n° 1052 que propõe a adição de Cr\$ 3.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para atender as necessidades básicas das populações de baixas rendas, conforme especifica para auxiliar o Projeto Rondon, em programas de defesa do meio ambiente.

Tais obras de infra estrutura já estão previstas e serão executadas pelo Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Quanto ao auxílio proposto ao Projeto Rondon, em se tratando de projeto federal, recomenda-se que os recursos pretendidos constituam-se em objeto de convênios com órgãos federais que atuam na área. Pelo não acolhimento.

Estas emendas deixam de ser apreciadas, tendo em vista que foram retiradas pelos Autores.

CONCLUSÃO - Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 283/88, bem como das emendas de n°s 1041, 1048, 1049, 1050 e 1054, e, em decorrência destas inclua-se o seguinte artigo:

"Art.... - O Poder Executivo providenciará junto aos órgãos pertinentes, as medidas para que se procedam os ajustes necessários nos quadros demonstrativos dos anexos da presente Lei", sendo as demais emendas tidas como rejeitadas.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) GERNOTE KIRINUS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas aqui presentes, demais funcionários públicos, servidores deste Legislativo que aqui estão, a nossa saudação.

Com muita satisfação nós estamos votando hoje, em primeira discussão, no nosso entendimento, a lei mais importante que se vota no Parlamento: a Lei do Orçamento do Estado do Paraná para 1989. Começa a ser votada hoje, e do resultante desta discussão e destas três discussões e votações que teremos, é o que vai decidir se no ano que vem, a partir do dia 1º de janeiro, os recursos arrecadados e os recursos gastos aqui no Estado do Paraná, vão servir para aquilo que a sociedade quer e aspira.

Por isso, companheiros e companheiras, o apelo é que todos nós parlamentares temos que examinar com muito carinho, com muita profundidade, despidos de qualquer paixão, a análise dessa lei ora em discussão, porque é a lei mais importante que votaremos durante todos os nossos mandatos ou nesse ano de mandato, a lei mais importante é essa que ora se coloca na Ordem do Dia para discussão e votação. Por isso, é muito importante, e creio que será levada a sério por todos os parlamentares que compõem esta Casa Legislativa.

Digo, também, que esta Lei do Orçamento, transformada no Projeto de Lei nº 283/88, tem que ser analisada com toda a profundidade, porque a Lei do Orçamento, apresentada pelo Executivo, espelha as reais intenções do Executivo, as reais intenções do Palácio Iguazu, as reais intenções do PMDB que governa, o que eles pretendem e o que eles esperam do ano de 89.

E nós, digo nós porque o Partido dos Trabalhadores, que trabalhou neste Orçamento, não é simplesmente o Parlamentar, mas é uma equipe de assessoria, uma equipe de técnicos, técnicos voluntários, petistas ou não, que trabalham, que assessoram na área legislativa, na área orçamentária. Nós tivemos o trabalho de duas semanas para analisar com profundidade esse orçamento, essa peça importante da lei que estamos votando agora. E nós tiramos algumas conclusões, e dessas, nós queremos procurar contribuir com todos os partidos e com todos os parlamentares que aqui estão, para mostrar e para provar e para chamar a atenção de que, efetivamente, o Poder Executivo que temos hoje aqui no Palácio Iguazu não mudou, não é diferente, na sua raiz, dos executivos dos governos anteriores que tivemos no Estado do Paraná.

O Orçamento do Estado do Paraná, os seus gastos, as suas prioridades, nos mostram que o PMDB no Poder não é e não vai ser diferente do que era a ARENA e do que era o PDS, do que foi José Richa e do que foi João Elísio no Governo do Paraná.

Essa, talvez, seja a grande surpresa que para nós, do Partido dos Trabalhadores, não é surpresa, mas talvez seja a grande novidade que temos se formos compa-

rar os discursos do passado com os de hoje. É só vermos os números. E, se formos detalhar o Orçamento do Estado do Paraná, os seus números, vamos perceber que não existem diferenças nas suas prioridades. Se formos somar os gastos com publicidade no Orçamento do Governador Álvaro Dias, se formos somar os gastos com a Secretaria dos Transportes que é onde estão abrigados os grandes grupos de empreiteiras desse Estado, se formos somar os gastos militares que contemplam o gordo Orçamento do Orçamento do Estado do Paraná, e se formos somar com a dívida externa do Paraná, os seus encargos, vamos ter mais que 50% do Orçamento comprometidos com esses quatro itens: Secretaria dos Transportes, Comunicação Social, Militares e a Dívida Externa.

Se retrocedermos e formos somar nos Orçamentos anteriores, dos governos anteriores, vamos ter a mesma proporção, aliás, um pouco inferior no percentual, nos governos anteriores.

Os programas sociais, os programas que visam atender a população nas suas necessidades básicas sofreram redução percentual, não numérica, na soma do Orçamento do Estado do Paraná.

Gostaria de, hoje, nessa primeira discussão, levar em conta alguns detalhes, alguns detalhes que, somados, levam ao todo do Orçamento do Estado do Paraná.

Na Secretaria de Comunicação Social estão previstos 11 bilhões, 640 milhões de cruzados - Secretaria de Comunicação Social, sem contar o Artigo 8º da Lei do Orçamento, onde é autorizado o Poder Executivo a centralizar na Secretaria de Comunicação e na Casa Civil as dotações de toda a administração direta. Sem contar isso, temos 11 bilhões previstos a serem gastos na Secretaria de Comunicação Social que até agora não sei se essa é a prioridade fundamental, porque o Governo Álvaro Dias, os governos anteriores, com esse volumoso Orçamento e investimento prioritário na Secretaria de Comunicação Social demonstrou que isso não ajuda em nada, porque não conseguiu eleger os Prefeitos do PMDB e se, pelo menos tivesse conseguido, com toda essa publicidade, acho que pelo menos esse resultado teria conseguido, mas nem isso conseguiu; então, não sei qual é a justificativa e porque nós do Parlamento paranaense, vamos aprovar agora a destinação de 11 bilhões para a Secretaria de Comunicação Social, porque não compreendemos como necessidade básica para a sociedade paranaense 11 bilhões, que serão arrecadados a duras penas, onde muitos pequenos comerciantes, pequenos industriais, muitos trabalhadores irão à falência, porque não podem mais contribuir fielmente com as tributações que temos aí.

Então, não sei se vale a pena gastar isso, comparando o que está previsto neste orçamento, de gastar na Secretaria de Comunicação é nove vezes mais. O que o Estado do Paraná prevê em gastar com assentamentos rurais, nos assentamentos rurais está previsto gastar no Orçamento do ano que vem, que estamos votando hoje, nove vezes mais do que está previsto gastar na Secretaria de Comunicação Social. É de se perguntar, o que é mais importante, os assentamentos rurais, que vai criar uma esperança e que vai viabilizar uma vida nova para 280 mil famílias de sem-terras, ou 350 mil bóias-frias, que passam fome nesse Estado e que querem trabalhar e querem produzir, começar a viabilizar isso, é mais importante? Será que é nove vezes menos importante do que gastar 11 bilhões na Secretaria de Comunicação Social?

Se nós vamos comparar com outra Secretaria que eu vejo de importância, a Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná.

Está previsto para a Secretaria de Assuntos Fundiários, 40 milhões, 679 mil. Quer dizer, são 282 vezes menos do que se vai gastar com a Secretaria de Assuntos Fundiários, na previsão do Executivo, do que vai se gastar na Secretaria de Comunicação Social.

São 77 vezes mais gastos, na Secretaria de Comunicação, do que vai se gastar na manutenção dos microsistemas de abastecimento de água.

Quer dizer, eu acho que é um absurdo, visível a olho nu, não precisa lente de aumento para que todos nós parlamentares percebamos que isso é um absurdo. O Estado vai gastar 77 vezes mais com a Secretaria de Comunicação do que vai gastar com a manutenção e implantação dos novos microsistemas de abastecimento de água, que vão gastar uma mísera percentagem do Orçamento do Estado do Paraná.

A manutenção da educação para excepcionais, que aliás é bom que se diga, temos no Estado do Paraná 800 mil excepcionais. Sabem quanto está previsto no Orçamento do Estado? 3 milhões e 39 mil cruzados. 3 milhões de cruzados, enquanto que na Comunicação Social, 11 bilhões. Justifica? Para nós do Partido dos Trabalhadores, sinceramente, não justifica.

Portanto, quatro vezes mais do que para os excepcionais, vai se gastar com a Secretaria de Comunicação Social.

Para a manutenção e a qualidade do ensino de 2º grau, 21 milhões, quer dizer, menos que o dobro do que se gasta com a Secretaria de Comunicação Social. Para todo o ensino de 2º grau do Estado do Paraná. Não tem cabimento, companheiros e companheiras, nobres Deputadas e Deputados.

Portanto, se vamos aprofundar todo o

Orçamento, estudar com profundidade o Orçamento apresentado pelo Executivo, vamos perceber que há necessidade de uma mudança política no Orçamento do Estado do Paraná. Uma determinação nova, que estabeleça novas prioridades, é preciso que se tome tal medida, porque, se não mudar o Orçamento, não adianta tirar o Álvaro Dias e colocar outro, tirar o PDS e botar o PMDB, tirar o PMDB e colocar o PT, botar não sei quem. Nós temos que colocar, temos que ter clareza. E este Parlamento tem que começar, porque agora temos prerrogativas. Antes nós dizíamos que não tínhamos prerrogativas. Agora, temos. Então, vamos nós, Parlamentares, usar das prerrogativas que temos. E aquelas que não temos, ainda vamos conquistar com organização, com luta, e vamos mudar as linhas, mudar as prioridades dos orçamentos que os executivos nos apresentam. Estes orçamentos que não contemplam a vontade a maioria do povo do Paraná.

Vejam outros números que nos chamam a atenção: o jatinho do Governador: 543 milhões de cruzados; Cerimonial do Palácio e casa do Governar: 303 milhões de cruzados. Vejam bem, assessoramento militar do Governador: 366, quase 367; 366,97 milhões de cruzados. Estes três dão um total de 1 bilhão, 213 milhões de cruzados. Quer dizer, vai gastar em jatinho, segurança e cerimonial, tanto quanto o Governo está prevendo gastar para viabilizar os assentamentos no Estado do Paraná.

É de se perguntar: justifica? Para que tanto gasto com segurança? Não justifica. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, sinceramente não justifica.

Outro número que nos chama muito a atenção e que eu gostaria que o Líder governista justificasse isto, porque até hoje eu não entendi: por que será que está previsto no Orçamento para o ano que vem, 27 bilhões de cruzados? Não é milhões. São 27 bilhões, 477 milhões, que é a exploração de serviços lotéricos. Até hoje eu não consegui entender porque que o Estado vai ter que investir 27 bilhões de cruzados em exploração de serviços lotéricos. São números que precisam ser esclarecidos suficientemente para que votemos com responsabilidade, com decência, sem medo de errar.

Gostaria de ter as explicações e ver as explicações do retorno. Onde é que está o retorno do investimento de 27 bilhões na exploração do serviço lotérico?

Apoio à comercialização a hortifruti-granjeiros e às famílias de baixa renda, está previsto sabe quanto? E aliás, acho que este é um item importante. Apoiar a comercialização de hortifruti-granjeiros e as famílias de baixa renda que é o setor produtivo, o setor de comercialização, Cr\$.. 532 milhões. Meio bilhão.

Por que o Estado vai investir 26 bilhões à exploração de serviços lotéricos, vai investir 11 bilhões na Secretaria de Comunicação Social e para produzir, organizar e comercializar a produção de alimentos, de produtos necessários à sociedade, apenas 532 milhões? Nós queremos uma explicação.

Quer dizer, 50 vezes mais investimentos na loteria do que em apoio aos pequenos produtores, em apoio aos consumidores que serão beneficiados com os programas da CEASA que tem ajudado tanto a comunidade paranaense.

A Secretaria da Cultura, 9 bilhões de cruzados.

Gasta-se mais na Secretaria de Comunicação Social do que na Secretaria de Cultura. Por que isto? Não consigo entender. Por que nós vamos gastar mais na Secretaria de Comunicação Social do que na Secretaria da Cultura que tem uma função importantíssima? É preciso que se prestigie, que o Estado, que o Poder Executivo, que este Parlamento prestigie e dê prioridade à cultura paranaense.

Outro item que nos chama a atenção e que nos preocupa muito é o item que trata dos encargos da dívida interna e externa do Paraná.

Na nossa contabilidade, na nossa avaliação, na avaliação do Partido dos Trabalhadores, está previsto no Orçamento do ano que vem para pagar os encargos da dívida, 194 bilhões de cruzados, 194 bilhões, não é milhões. Isso é igual a US\$ 400 milhões de dólares. 10% do Orçamento centralizado do Estado do Paraná vai ser destinado para pagar os encargos da dívida externa. Portanto, continuo exigindo do Líder governista que a menos de um mês e meio atrás usou aquela tribuna, dizendo que a dívida interna e externa do Estado do Paraná era de US\$ 900 milhões de dólares.

Por que então, se é verdade que é US\$ 900 milhões de dólares, como é que 400 milhões vão ser preciso para pagar os encargos dessa dívida? Será que os encargos vão dar 50% dessa dívida? Acho que não. Alguma coisa está errada. Ou estão errados os números da dívida ou está errada a fala do Líder ou estão errados os números do Orçamento. Um não está certo.

Portanto, é de nos "esquentar a cabeça" quando percebemos que estamos votando uma lei autorizando o Poder Executivo a pagar, a usar 10% do Orçamento centralizado do Estado do Paraná simplesmente para pagar a dívida interna e externa do Estado. Isso nos preocupa porque todo mundo está preocupado com a dívida.

Há um mês e meio atrás nós continuamos votando autorização para o Executivo contrair dívida em dólar.

Recebi ontem uma mensagem pedindo mais US\$ 100 milhões. Onde é que vamos parar? Temos que nos preocupar.

Creio eu que este Orçamento está nos mostrando a verdade. É essa verdade dói.

Não justifica efetivamente nós continuarmos a bel-prazer contraindo dívidas, endividando o Estado, endividando os paranaenses, sem motivo justificado, quando percebemos que o Orçamento do Estado está, 10% dele, comprometido com os pagamentos dos encargos da dívida externa do Paraná.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Rafael Greca de Macedo.

O Sr. Rafael Greca - Nobre Deputado Pedro Tonelli, a sua observação com respeito aos gastos com Comunicação Social contra os gastos com a Secretaria da Cultura previstos no Orçamento, é inteiramente procedente, num Estado onde o último e o único quilombo existente na região Sul do País, a Fazenda Capão Alto, hoje ameaça gravíssima ruína e o Secretário da Cultura está de mãos amarradas, pior do que os escravos que viviam no Capão Alto, tentando viabilizar com empresas da iniciativa privada a preservação daquele casarão que é parte essencial da História Econômica do Brasil, e que é realmente um dos mais belos exemplos da arquitetura portuguesa, no Sul do País?

Foz do Iguaçu não tem teatro. Visitaram-me jovens que fazem teatro na cidade de Foz do Iguaçu, lamentando a inexistência de um auditório para expressão da arte cênica e da dança e da música, naquela cidade.

Os 100 anos da República não podem ser comemorados aqui no Paraná, por uma exposiçãozinha aqui no Museu Paranaense, que recolham meia dúzia de coisas, já do acervo do Museu e façam uma exposição no saguão do prédio do Museu. Os 100 anos da República pediriam, por exemplo, a vinda do quadro do Vitor Meirelles, que reporta a Proclamação da República, a vida dos quadros do Visconti, lá do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e a sua exibição nas mais importantes cidades do Paraná! Por exemplo, quanto custaria uma exposição dessas? A Fortaleza da Ilha do Mel, aqui no litoral, ameaça gravíssima ruína, esta Fortaleza de 1780, que o Afonso Botelho Sampaio e Souza ergueu, ela hoje é o cenário da decadência cultural do próprio País, mas também está tombada pelo patrimônio do Estado!

O sinal da TV Educativa que pertence ao Governo do Estado, ao invés de levar Cultura e a Educação a todos os paranaenses, está ocupado por particulares e o Secretário da Comunicação Social tem muita sede de usar esta TV Educativa para fazer uma TV propagativa, quando nós precisáva-

mos que a Secretaria da Cultura e a Secretaria da Educação usassem a TV Educativa para, efetivamente servir ao Estado!

Não há, no Museu de Imagem e do Som do Paraná, qualquer preocupação com um Centro de memória Sindical e a luta dos trabalhadores. E as sociedades operárias de Curitiba, que são muitas, são mais de 60, os Barriqueiros do Ahú, o Cabralzinho, elas hoje são aproveitadas por pessoas que delas se servem, ficaram com o episódio da sociedade e não as usam mais, senão como bailões de 3.^a ou 4.^a ou 100.^a categoria, só de categoria inferior superada pelos bailões que o candidato Doático Santos fazia no Terminal do Pinheirinho! Enfim, Deputado Pedro Tonelli, nós outros pedimos que a cultura do Paraná seja realmente preservada e incentivada e eu me associo a Sua Excelência na sua gravíssima preocupação.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado nobre colega Parlamentar, que nos honra porque justifica a nossa preocupação em aprofundarmos a nossa discussão, em analisarmos os números e por trás deles as intenções que estão previstas nesta Lei de Orçamento que é a mais importante do Estado do Paraná!

Nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos, efetivamente que este ano, neste dia, nos próximos dias, nós tivéssemos a oportunidade de mudar, efetivamente os erros, os erros analíticos, os erros numéricos que contemplam este Orçamento, iniciativa do Executivo paranaense. Sou sincero com todos, que não tenho nenhuma ilusão. Nós, do Partido dos Trabalhadores apresentamos menos de uma dezena de emendas, mas talvez as melhores possíveis, no sentido de que se preservasse o prestígio do Executivo, do Legislativo, que desse plena autonomia aos poderes, para que nós pudéssemos, efetivamente, fazer do Orçamento uma peça aberta, discutível, descentralizada, uma peça que não fosse mais contaminada pelo regime autoritário.

Mas, essa aspiração do nosso Partido não vejo contemplada neste ano, não a vejo não. Foram apresentadas 1.056 emendas ao Orçamento do Estado do Paraná. E quando vejo a Comissão de Orçamento, lamentavelmente, desaprovou 1052 pelos motivos mais fúteis possíveis, e aprovou apenas três, recomendar apenas três, uma de autoria do próprio Presidente da Comissão de Orçamento, e uma outra do Secretário desta Casa e não sei porque essa foi aprovada, creio que em troca da liberação do papel para a elaboração das outras três, porque não tem nenhuma diferença entre as emendas que foram aprovadas e as 1.052 que foram rejeitadas, que foram jogadas na caixa do lixo.

Portanto, com muita tristeza, Senhor

Presidente, Senhores Deputados, é que vejo repetidos neste Parlamento os vícios do passado, onde lamentavelmente este Parlamento não leva a sério a nova função atribuída aos parlamentares, não se leva a sério.

Este Parlamento não assume uma responsabilidade que é sua, porque simplesmente pega, toma as propostas, as proposições de todos os parlamentares e por qualquer motivo, pelo motivo mais banal possível ele diz não.

Gostaríamos que pudéssemos retomar, com responsabilidade, com competência a discussão e a avaliação dos números que contemplam o Orçamento do Estado do Paraná. Só que infelizmente isso depende da vontade da maioria dos que estão nesta Casa e oxalá um dia, o quanto mais cedo possível nos possamos ver esta Casa, independente da cor partidária, independente do comprometimento, a maioria desta Casa olhando para o Orçamento com responsabilidade, com competência e olhando para o Orçamento com aquele espírito, com aquela vontade de realmente estabelecermos nos números, as prioridades e a vontade da maioria dos paranaenses.

Espero, efetivamente, que este momento seja o quanto antes possível, porque, por enquanto nós temos previsto aí, e não vou afirmar com certeza porque amanhã pode mudar tudo, mas previsto o rolo compressor, um partido, uma vontade, o Executivo fazendo o que bem entende com os números, com 2,4 trilhões do Orçamento do Estado, de arrecadação e de gastos e infelizmente nós estamos vendo o bel-prazer de uma maioria já reconhecida pela sociedade que não tem mais o respaldo da maioria, uma maioria que está no Palácio mas que muitas vezes não contempla a vontade dos que lá estão, daqueles que gostariam que lá fosse contemplado a vontade dessa maioria.

Portanto, nós gostaríamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apesar de que a partir de amanhã vamos dar parecer sobre todas as emendas apresentadas, de todos os Partidos e de todos os Deputados que aqui estão. Hoje não vamos votar as emendas, sabemos muito bem. Apesar disso, quero fazer essa observação, porque estamos acompanhando como não se leva a sério as discussões e as votações do Orçamento do Estado do Paraná, a peça mais importante que contempla esse orçamento do Paraná neste ano, a importante lei que nós estamos votando neste ano.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Germote Kirinus, Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa.

O Sr. Germote Kirinus - Nobre Deputado, quero inicialmente dizer que apreciamos as suas emendas, e com algumas até

concordamos, do ponto de vista filantrópico e até não é novidade nesta Casa, uma emenda que já foi aprovada aqui, proposta pelo então Deputado Roberto Requião, que pedia que os orçamentos das estatais fossem colocados a referendo na Assembléia, e que Vossa Excelência pede a sua aprovação.

Acho que Vossa Excelência tem razão. No entanto, nós também queremos agir com responsabilidade. Ao aprovar esta emenda na lei do Orçamento, nós obrigariamos as estatais a convocar poder que elas não têm, convocar a Assembléia em período extraordinário ou então elas pararem suas obras esperando o Orçamento quando a Assembléia novamente se reunisse em massa. Acho que essa emenda de Vossa autoria terá todo o meu apoio, desde que ela fosse tornada uma lei permanente na nova Constituição estadual ou então nas leis de diretrizes caberão de vir ainda por força da Constituição Federal. Nós acreditamos que ao aprovar esta emenda, que eu concordo na lei do Orçamento, ela terá uma duração muito curta, somente durante o exercício de 89, em 90 teríamos que novamente aprovar a mesma lei para que se tornasse uma prática permanente. Por isso, essa eu concordo com Vossa Excelência, no entanto discordo de Vossa Excelência de querer tirar a condição de Deputado, simplesmente por ser Presidente de uma Comissão. Tenho direito preservado de entrar com emendas, e se nós entrarmos com emendas e foram tecnicamente adequadas e forem acolhidas, o relator não fui eu, o relator foi outro Deputado que aprovou essas emendas. Não fui eu Senhor Presidente, mas os Deputados que se fizeram presentes no dia 09, quando era o prazo máximo de apressar o relatório. Eu quero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência não tem o direito de tirar a minha autoridade de Deputado de apresentar emendas. E se foram acolhidas o foi com o parecer dos demais Deputados. Só essa observação que eu gostaria de fazer a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua referência a algumas emendas que nós apresentamos, as suas justificativas, só que nós compreendemos que já poderíamos exercitar essa prática, pois na Constituinte estadual nós já teríamos uma prática dessa lei já num Orçamento em vida para justificar ou não a aplicação dessa lei como medida Constitucional, que eu julgo completamente justificável.

O Sr. Gernote Kirinus - A irresponsabilidade seria paralisar todas as estatais até março, e seria irresponsabilidade do senhor PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acredito que não, porque acho que não é nada impossível convocar uma assembléia extraordinária para se readaptar, isso eu acho que é completamente possível adaptar. Acho que temos que ir pelo mais importante, e o mais importante seria que realmente as dotações orçamentárias fossem apreciadas por quem de direito e discutidos amadurecidamente neste Parlamento.

O Sr. Nestor Baptista - Quero inscrever-me para um aparte, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Tonelli, serei breve porque hoje discutimos aqui nesta Casa a constitucionalidade da mensagem enviada, ou seja, a constitucionalidade do Orçamento do Estado do Paraná para 1989.

Gostaria de fazer de início, um reparo. Eu não sou Líder governista, governistas são aqueles que onde está o Governo eles estão permanentemente, eu sou Líder de um Governo temporariamente, ocupo esta função, estou em 1988, poderei não estar em 1989, 1990, e assim sucessivamente, então não sou Líder governista mesmo porque tenho, ao longo do nosso trabalho, uma prática de Oposição bastante grande. Em segundo lugar, gostaria de dizer a Vossa Excelência que os números revelados não são totalmente verdadeiros em sua parte. O Estado do Paraná está destinando este ano, e nós vamos discutir nas próximas votações, quero reiterar, 33,08% do seu Orçamento para a educação, quando nós sabemos que a Emenda Calmon determina que devem ser destinados 25% arrecadados dos impostos para a educação. Mas nós teremos ainda tempo para discutir.

Com relação à dívida do Estado Vossa Excelência disse há pouco que eu havia colocado números que não condizem com a realidade; quero dizer a Vossa Excelência que há uma necessidade de se informar melhor e de se discutir melhor. Eu disse aqui nesse Plenário para Vossa Excelência que tem na maioria das vezes recebido o nosso respeito pela sua garra, pelo seu trabalho, pela sua luta pelos trabalhadores, mas a luta não é só de Vossa Excelência, a luta é da maioria dos Deputados que estão aqui, quando Vossa Excelência fala em analisar com seriedade o Orçamento, a seriedade não pertence apenas ao Deputado do PT, mas a seriedade deve pertencer a toda população do Paraná, aos nove milhões de paranaenses, e muito mais aos 54 representantes que aqui estão. E eu disse a Vossa Excelência e estou repetindo agora, que nós temos uma dívida de 983 milhões de dólares, portanto, diferente da dívida que

Vossa Excelência acabou de mencionar, porém, é bom que se registre, e aí Vossa Excelência tem que analisar com carinho e com muito critério o Orçamento, no ano de 2.017 nós teremos uma dívida de um bilhão, quatrocentos e sete milhões de dólares, mas isso em 2.017, não sei se chegaremos vivos até lá, mas estaremos tentando, nossos filhos deverão chegar, nossos netos estarão aí, então nós temos que pensar neles também. Os números que Vossa Excelência tem recebido dessa Liderança são corretos e Vossa Excelência terá oportunidade de, em outras sessões, discutir com mais carinho, com mais critério o Orçamento porque esta também é a nossa preocupação. Não vamos falar apenas de avião que devem viajar, porque é impossível, nós já tivemos governadores no Paraná e todos tiveram que viajar, por que não de avião, de bicicleta é impossível inaugurar obras, visitar cidades, resolver o problema da população. Vossa Excelência sabe que em São Paulo por exemplo, capital de São Paulo onde a Prefeita eleita é do PT ela não vai poder andar pela cidade de bicicleta, é impraticável, seria ideal até andar a pé, para a saúde é muito bom, acabaria com o colesterol, teria mais energia, mas é impraticável.

Mas, quero dizer a Vossa Excelência que as suas colocações não ficaram sem resposta, nós vamos discutir com o carinho que o povo do Paraná merece esse Orçamento para 1989, mesmo porquê nós dependemos ainda, nobre Deputado, do Congresso Nacional que vai ainda aprovar as leis complementares que definirão até a reforma tributária para 1989.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço e gostaríamos, efetivamente, de respostas, porque esta é a Casa das perguntas e das respostas, e não podemos votar com dívida na cabeça. Então é isso que nós gostaríamos realmente: que o debate salutar prevaleça e que não se engula sem mastigar, nós temos que mastigar todinho para que depois não possamos nos arrepender.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, essas são algumas observações rápidas que eu gostaria de trazer nessa discussão inicial nessa peça fundamental no nosso mandato Parlamentar na votação dos orçamentos estaduais.

Só algumas, certamente, a partir de amanhã quando estaremos votando em 2.^a e 3.^a e talvez, em 4.^a discussão, aí sim nós vamos discutir com profundezas as seqüelas, as peças, e vamos entrar nos detalhes que nós julgamos que sejam colocados à apreciação de todos os nobres Pares desta Casa.

Concedo o aparte ao nobre Deputado,

Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Deputado Pedro Tonelli: confesso que não gostaria, hoje, de usar o microfone da Assembléia, mas, creio que em razão de uma explicação dada pelo Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, a respeito da dívida externa do Paraná, é conveniente se elaborar um raciocínio para registro nos Anais da Assembléia Legislativa.

Diz Sua Excelência, o Deputado Nestor Baptista, de que o Governo do Estado do Paraná está devendo hoje, 936 milhões de dólares. Ainda hoje em Brasília, ou ontem, em Brasília, os governadores estavam reunidos com o Governo Federal, para declarar a falência dos Estados, se os Estados fossem obrigados a pagar um determinado "quantum", da sua dívida externa, em dólares.

Ora, significa que a administração peemedebista no Paraná, endividou o Estado, de tal sorte, que compromete o futuro do mesmo, pois, sabemos que quando o PMDB assumiu os destinos do Paraná em 1982, ele confessava receber uma dívida de 300 milhões de dólares.

E, em apenas 6 anos de exercício do Poder, o PMDB, mais do que duplicou a dívida externa no Paraná, mais do que todo o resto da história política administrativa do nosso Estado; desde a emancipação do Estado do Paraná, desde a época do Paraná 5.^a Colônia, o Estado do Paraná, com a administração do PMDB, mais do que duplicou a nossa dívida externa.

Outro dado interessante é que Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias encaminhou a esta Assembléia Legislativa, mais um pedido de empréstimo internacional, do dia 04 de novembro, Sua Excelência através da Mensagem n. 115/88, solicita mais cem milhões de dólares, num programa em conjunto com o BIRD; exatamente aquele programa que em 1982, Vossa Excelência deve estar lembrado ainda, criticava-se muito então, o ex-candidato do meu Partido, o engenheiro Saul Raiz, porque pretendia obter um empréstimo de 150 milhões de dólares.

Pois bem, este empréstimo foi usado pelo Governo do Senhor José Richa, do Governo do PMDB do Senhor José Richa, foram feitos novos empréstimos, e agora o governador Álvaro Dias solicita mais cem milhões de dólares. Mas, não é só isso; além do empréstimo de cem milhões de dólares, Sua Excelência solicita autorização para que a Assembléia Legislativa altere limites de abertura de créditos suplementares, significando que o Governo está arrecadando mais do que previa no Orçamento, e, portanto, há superávit de caixa para aplica-

ção em atividades governamentais.

Mais ainda, Sua Excelência faz nesses dias que antecederam a eleição. Encaminha à Assembléia Legislativa uma solicitação para que possa lançar títulos de dívida ativa do Estado do Paraná.

É de se perguntar, portanto, aonde está a responsabilidade governamental; o futuro do nosso Estado não está sendo comprometido pela irresponsabilidade da administração peemedebista?

Creio que esta é a pergunta mais fundamental a ser feita nesta Assembléia Legislativa, de vez que as colocações que Vossa Excelência faz hoje, em 1988, foram as colocações que fiz em 1983, 1984, 1985 e 1986, exatamente para que evitássemos que as verbas de mordomia dos Palácios e das Secretarias de Estado fossem usadas da maneira que foram, nos últimos anos, e que ocasionaram inclusive, um resultado eleitoral desta última eleição.

As colocações que Vossa Excelência faz são um reprise daquelas que já havíamos feito ao longo do último mandato Parlamentar, onde Vossa Excelência não estava nesta Casa.

Mas a grande indagação que deve-se fazer é a seguinte: a administração peemedebista no Estado do Paraná não está colocando de uma maneira irresponsável o futuro dos nossos filhos e o futuro do nosso Estado?

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e as preocupações do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira são preocupações do Partido dos Trabalhadores, há muito tempo. Quando o Paraná devia trezentos milhões de dólares nós já estávamos preocupados ...

O Sr. Nestor Baptista - Eu solicito mais um aparte, Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - ... imagina hoje - na seqüência - nós nem sabemos com certeza quanto nós temos que pagar até o ano 2020 quando certamente estaremos vivos. Portanto, é uma preocupação que nós temos que ter em mente, porque não podemos sugar hoje para matar a vida amanhã. Nós sabemos muito bem que a dívida de hoje, o que nos endivida hoje pode faltar o leite na mesa amanhã, podemos perder a "vaquinha" amanhã, podemos perder a terrinha amanhã, muitos ficarão sem emprego, muitos ficarão sem casa, por causa de uma dívida que supostamente, para resolver problemas do momento, se contrai hoje. Por isso, o endividamento sempre foi e sempre será uma preocupação do Partido dos Trabalhadores na oposição e no poder também.

Concedo um aparte ao Líder do Governo,

Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Tonelli, eu apenas solicitei um novo aparte porque não acredito que seja a intenção do Deputado Luiz Alberto Oliveira fazer com que o Estado pare. Nós não temos responsabilidade, nós não temos escolas, não temos postos de saúde, não temos estradas, não temos, enfim, maiores responsabilidades com a nossa população.

Quando Vossa Excelência ou pluralizo Vossas Excelências dizem trezentos milhões de dólares, quando o Governador José Richa assumiu o Governo do Paraná a dívida externa era de trezentos e noventa e dois milhões de dólares, trezentos e noventa e dois milhões de dólares era a nossa dívida externa e a interna de setenta milhões de dólares. Hoje, posso dizer a Vossas Excelências que com todas as obras realizadas, com aquilo que foi feito no Paraná de 83 para cá, nós temos uma dívida externa de quinhentos e quarenta e oito milhões de dólares.

Ora, nós sabemos que os estados brasileiros estão em situação delicada. O Estado de São Paulo, que é um verdadeiro país, era um Estado que não poderia contrair empréstimo algum nem interno nem externo. É irresponsabilidade da população? Dos Governantes talvez? E o Paraná é o único Estado, pelo menos até esses dias, que tem essa condição de contrair empréstimos internacionais ou internos, por quê? Porque é o único Estado e talvez seja um problema do paranaense que é um Estado sério, é um Estado que paga conta. O Estado do Paraná foi o que mais pagou a sua dívida externa no ano de 1988, nós paranaenses, pagamos, Senhor Deputado, cento e cinquenta e sete milhões de dólares no primeiro semestre de 1988. Então, o ideal seria não pagar, que se dane o credor e nós que resolvamos da melhor maneira no nosso entendimento, o que deve ser feito aqui no Paraná.

Ainda ontem tivemos a notícia da intervenção no Banco de Alagoas, o banco explodiu, faliu o Banco de Alagoas, por quê? Porque os estados brasileiros atravessam uma situação altamente delicada e eu volto a lembrar: São Paulo e Minas Gerais, que são estados fortíssimos, estados industrializados e que têm muito mais problemas do que o Estado do Paraná. Nós não podemos apenas parar o Estado.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira foi Líder do Governo aqui na ARENA, do PDS, sabe perfeitamente como teve que trabalhar o seu Governo ou os governos da sua época para desenvolver programas de interesse do Paraná e se nós observarmos a inflação que nós temos enfrentado neste País e se observarmos a dívida externa encontrada pelo Governador José Richa, observarmos o que

foi pago e analisarmos o que deve hoje o Paraná, nós vamos, mais uma vez, observar que é um Estado rigorosamente mais sério, mais criterioso deste País. Talvez até pudesse ser melhor, claro, por quê não? Mas nós também temos as deficiências que qualquer País do mundo tem. Os americanos devem três trilhões de dólares, mas nós vamos discutir com mais detalhes, com mais critério, com mais números se Vossa Excelência gosta tanto de números, vamos discutir números, eu não sou economista, eu não sou matemático, mas vamos discutir números também.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

O Deputado Nestor Baptista está tão equivocado quando me considerou Líder da Arena e do PDS no Governo, quanto com os números que apresenta, infelizmente ou felizmente nunca fui Líder do Governo e por isso não aprendi com Vossa Excelência a manobrar os números fornecidos pela Secretaria da Fazenda.

Vossa Excelência está equivocado na premissa e nas conclusões.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço os apartes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas foram as minhas considerações iniciais. Os números e a Lei do Orçamento nós vamos discutir até esgotar.

Muito obrigado e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o projeto. Senhores Deputados que aprovam em 1ª Discussão queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Eu encaminhei uma solicitação à Mesa da Assembleia Legislativa, no sentido de que as emendas fossem votadas individualmente e consegui obter sete assinaturas e convido os eminentes Deputados do Governo, para que aponham assinatura ao requerimento, que já se encontra protocolado perante a Mesa da Assembleia Legislativa, para que nós possamos, aí sim, discutir individualmente cada uma das emendas em número de mil, que se encontram perante o conhecimento dos Senhores deputados.

Era esta a colocação que eu gostaria de fazer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O requerimento de Vossa Excelência será apreciado em 2ª Discussão antes do início da votação da matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - De acordo com o Regimento Interno, mas solicito,

Senhor Presidente, para que os eminentes Deputados possam apor as suas assinaturas, para que realmente nós tenhamos um diálogo aberto e democrático a respeito do Orçamento do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O requerimento está sobre a mesa e pode receber as assinaturas.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 272/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 102/88), que encaminha o Orçamento Plurianual de Investimentos relativo ao triênio 1.989 - 1.991. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO ao Projeto e CONTRÁRIO às EMENDAS. Aprovado.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO Projeto de Lei nº 272/88

PARECER:

1. INTRODUÇÃO

Atendendo pressupostos constitucionais e legais o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem nº 102/88, de 12 de setembro de 1988, envia para exame e deliberação desta Assembleia Legislativa o Orçamento Plurianual de Investimentos referente ao triênio 1989-1991.

Os dispositivos que tratam a matéria, encontram parâmetros na Constituição Estadual, Emenda Constitucional nº 3, Ato Complementar nº 43 e a Lei Estadual nº 5.982/69.

O documento processado consubstancia-se no Projeto de Lei nº 272/88, visando dar destinação aos recursos financeiros das despesas de Capital possibilitando uma ação governamental, no pressuposto de atendimento às prioridades paranaenses.

2. PROBLEMAS INSTRUMENTAIS:

A tentativa de adotar o OPI, como instrumento de planejamento, evidencia a possibilidade de propiciar aos órgãos governamentais, os meios que possibilitem dar satisfação às comunas daquilo que pretendem realizar em termos de obras.

A mais importante função instrumental do OPI consta do § 2º, do artigo 33, da Constituição do Estado do Paraná que assim se expressa:

§ 2º - "Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro,

poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos ou sem prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

3. ANÁLISE GERAL DO DOCUMENTO:

No OPI existe uma previsão de destinar um montante correspondente a Cz\$ 1.965.102.308.000,00 (um trilhão novecentos e sessenta e cinco bilhões, cento e dois milhões e trezentos e oito mil cruzados) em despesas de capital para o exercício de 1989; 1.937.578.665,00 (um trilhão, novecentos e trinta e sete bilhões, quinhentos e sessenta e oito milhões, e seiscentos e sessenta e cinco mil cruzados) em despesas de capital para o exercício de 1990 e Cz\$ 1.784.671.803,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil e oitocentos e três cruzados), em despesas de capital para o exercício de 1991.

4. DAS EMENDAS -

Foram apresentadas 05 (cinco emendas de nº 01 - 02 - 03 - 04 e 05.

EMENDAS DE Nº 01 - 02 - 03 e 04 - As emendas em apreço propõe reduções nas dotações da Chefia do Poder Executivo; Supervisão e Coordenação Superior, destinando os recursos oriundos de tais reduções à Universidade do Oeste, à implantação da FERROESTE e ao Amparo a Programas de Agricultura, Habitação e Saúde. Porém, não quantifica os montantes a serem aplicados em cada programa, omitindo, também, as rubricas correspondentes. Além do que, extingue órgãos e propõe a venda de bens do Estado, razão que caracteriza impropriedade técnica e adequação da proposta à lei orçamentária.

Pelas razões expostas, somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE Nº 05 - A presente emenda, ainda que pese a boa intenção do autor, fica impossibilitada de ser acolhida, uma vez que não indica as fontes de recursos a serem alocados para fazerem face aos aumentos de despesas sugeridos.

5. CONCLUSÃO:

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Nº 272/88 na forma proposta, rejeitando-se as emendas a ele apresentadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) Dep. GERNOTE KIRINUS - Presidente
Dep. HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento, realizada em 10 de novembro de 1988.

Aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e oito, sob a presidência do Deputado Gernote Kirinus, contando com a presença dos senhores Deputados Homero Oguido, Nestor Baptista e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se na Sala das Comissões a Comissão de Orçamento para apreciar os pareceres exarados pelo relator, Deputado Homero Oguido, aos Projetos de Lei nº 263/88 e 272/88, respectivamente Orçamento Programa 1989 e Orçamento Plurianual de Investimentos 1989 - 1991, com as emendas a estes apresentadas. Todos os membros presentes concordaram com os pareceres do Relator, reservando-se o direito de discutir a matéria em Plenário. Os pareceres ficam assim, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a ser discutido ou deliberado, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, eu, Ayrton Alves Aranha, secretário desta Comissão, laurei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros presentes.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) Dep. GERNOTE KIRINUS

Presidente

Dep. HOMERO OGUIDO

Relator

Dep. NESTOR BAPTISTA

Dep. TADEU LÚCIO MACHADO

Ayrton Alves Aranha

Secretário

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 120/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Dom Bosco, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 35, de 05.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 120/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Dom Bosco, com sede e foro nesta Capital.

Submetido à análise desta Comissão, em data de 31.05.88, foi o feito convertido em diligência junto ao autor, para que juntasse o respectivo relatório das atividades da entidade, o que foi atendido,

conforme se infere do documento de fls. 13.

Nestas condições, o processo se encontra devidamente instruído de acordo com a legislação aplicável à espécie, Lei n. 6998, de 10 de janeiro de 1978, não havendo óbices de caráter regimental, legal ou constitucional que obstacule sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Eis que o parecer lhe é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 127/88, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei n. 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 38, de 10.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 127/88

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o projeto de lei em apreciação objetiva Alterar a Redação do Artigo 1º da Lei n. 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança.

Esta douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre os aspectos legal, constitucional e regimental da matéria proposta, vem a se pronunciar favoravelmente, pois entende que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite da presente proposta por esta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo e neste sentido, opinamos pela Aprovação do projeto de lei em tela, em toda a sua extensão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 127/88

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o projeto de lei em pauta objetiva alterar a redação do artigo 1º, da Lei n. 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção da taxa de segurança.

Pela justificativa que acompanha a proposta em questão, podemos observar que a mesma decorre da necessidade de alterações na legislação vigente, com o intuito

de adaptá-la à realidade social que se encontra em constante mutatividade.

Além disso, a medida procura facilitar aos jovens de classe menos privilegiadas, a aquisição de documentos indispensáveis para a entrada no mercado de trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, veio a se pronunciar favoravelmente, por entender que inexistem óbices para o trâmite normal deste Projeto em apreciação pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Esta douta Comissão de Finanças, chamada para dar o seu Parecer no aspecto que lhe cabe analisar e se manifestar acerca do mesmo, vem opinar pela Aprovação da matéria em questão, pelos motivos acima expostos.

Neste sentido, somos pela Aprovação do Projeto de Lei n. 127/88, em toda a sua extensão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 127/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º, da Lei n. 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança.

A medida proposta pretende isentar da taxa de segurança, de que tratam as Leis ns. 7.257, de 30.11.78 e 7.812, de 29.12.83, os atos e documentos relativos a identidade civil das pessoas com mais de 14 anos, no período compreendido entre 1º/08/88 e 1º/08/90.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças opinaram favoravelmente à aprovação do Projeto em tela.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.88.

(aa) RAUL LOPES

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N° 127/88

P A R E C E R:

Em apreciação o Projeto de Lei n. 127/88, de autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi que visa isentar do paga-

mento da taxa de segurança, os cidadãos maiores de 14 (quatorze) anos, quando da obtenção de atos e documentos de identidade civil, no período compreendido entre 1º.08.88. e 1º.08.90.

Destaca-se, claramente, na iniciativa da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o grande alcance social da proposição, haja vista o grande contingente de paranaenses carentes que, ainda hoje, não tem sua situação civil regularizada, em função das taxas advindas da solicitação de atos e documentos.

Não existindo óbice constitucional que se contraponha à matéria, conforme pareceres favoráveis das demais Comissões Técnicas do Poder Legislativo, emitimos Parecer favorável ao trâmite e aprovação do presente projeto por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/88, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que doa ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano sob n. 2 (dois), de quadra n. 181 (cento e oitenta e um), situado naquela municipalidade, 1ª circunscrição, com os limites que especifica, objetivando a construção da Câmara Municipal daquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 58, de 14.06.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/88

P A R E C E R:

I - Propõe o Deputado Haroldo Ferreira a doação ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano n. 2 da quadra 181, de propriedade do Estado do Paraná. O projeto dá destinação específica, qual seja a construção do edifício-sede da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

Na bem elaborada justificativa o A. informa que pela Lei Municipal 357/71 torna o citado imóvel doado ao Estado do Paraná e, decorridos 17 anos, não lhe deu nenhuma destinação, embora constasse que tinha por objetivo a construção da residência de Juiz de Direito da Comarca. Hoje, evidentemente, são vários os juizes naquela próspera Comarca. A qual Juiz caberia a residência? Ao mais idoso? Ao Diretor do Fórum? Ao residente mais antigo? Ou a nenhum, para evitar discriminações? Ou a todos, e então haveria problemas de espaço e convivência. Feitas tais indagações conclui-se que a melhor solução é reverter ao Patrimônio do Município e que no

lote, em breve, abrigue os futuros constituintes municipais de Francisco Beltrão.

II - Dentre as Competências da A.L.E. está a autorização para alienação de bens imóveis do domínio estadual (art. 21, inc. VIII, letra "C" da C.E.). Assim sendo sob o plano constitucional não há nenhuma restrição, estando o projeto em condições para o devido trâmite e apreciação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de n. 884, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, com apoioamento do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 887, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 908, de autoria dos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 897, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 898, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 872, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 871, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 902, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 903, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 907, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro à Mesa que proceda à leitura do requerimento de nossa autoria para conhecimento dos demais Parlamentares e dos funcionários da Eletrosul que se encontram aqui nas gale-

rias.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Requerimento já está aprovado, mas atendendo a solicitação de Vossa Excelência. Vou determinar o procedimento da leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê Requerimento de autoria do Deputado Nereu Massignan).
(Palmas).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Para declarar o voto favorável deste parlamentar, para que conste em Ata, nos termos do requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Constará em Ata.
(Palmas...)

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) É para, da mesma forma, Senhor Presidente, declarar a nossa concordância plena ao requerimento proposto e que será submetido à votação, em nome do Partido Liberal.
(Palmas...)

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Também em meu nome e em nome dos Parlamentares do Partido Democrático Trabalhista - PDT, também a inclusão, a solidariedade do nosso Partido à assinatura desse documento.
(Palmas...)

Requerimento de n. 904, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente.
Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 818, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 817, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 816, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 819, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 820, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 821, de autoria do

Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 822, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 823, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 824, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 825, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 826, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 827, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 828, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 829, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 830, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 831, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 832, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 833, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 834, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 835, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 836, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 837, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do

Requerimento de nº 766, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 767, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 768, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 745, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 764, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 775, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 776, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 777, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 778, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 779, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 780, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 781, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 782, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 783, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 784, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 785, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 787, de autoria do

Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 788, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 746, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 749, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 752, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 753, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 755, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 754, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 751, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 750, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 748, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 786, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 747, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 906, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado.

(Palmas)

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) Apenas queria esclarecer o meu voto com relação ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Ele apela para o bom senso do Presidente da ELETROSUL. Eu não votaria contrário para não melindrar esta questão, porque sei que ele está solidário com os grevistas, como nós estamos, mas na medida em que o meu requerimento, de minha auto-

ria, foi aprovado, pedindo a demissão da diretoria, parece-me que o bom senso nestas alturas seria que o Ministro Aureliano Chaves acatasse o nosso requerimento e, como medida de bom senso, demitisse a diretoria e sentasse para negociação com os grevistas.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência tem que citar o artigo que está sendo violado.

O SR. PEDRO TONELLI -(Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a todos que aqui estão e, principalmente aos nobres Parlamentares, que o nosso requerimento e a nossa postura sempre foi de representar a vontade dos trabalhadores.

Eles nos pediram isso, e nós traduzimos isso num requerimento assinado por vários Partidos, embora seria bom que fos-

se destituído o Ministério das Minas e Energia, mas o que os trabalhadores pediram foi isso, e está escrito neste requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O requerimento foi aprovado por unanimidade e não há qualquer jeito de torná-lo agora susceptível de modificações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^o 120, 127 e 172/88;
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 08/88.

Levanta-se a sessão.